



Mestrado em Contabilidade e Finanças
2º Ciclo

**Dissertação para Obtenção de Grau
de Mestre em Contabilidade e Finanças**

Tema: O Impacto da Envolvente na Qualidade da
Informação Financeira nas Sociedades Anónimas em
Portugal

Discente:

Vanessa Oliveira |150312028

UC: Dissertação

Docente orientador: Professor Doutor
Francisco Leote

Ano Letivo 2017/2018

Setúbal, 25 de junho de 2018

Agradecimentos

Um agradecimento especial a todos os que me acompanharam ao longo destes dois anos de mestrado, nomeadamente às pessoas mais importantes da minha vida, o meu filho, os meus pais e ao meu avô materno, uma vez que sem eles não teria sido possível chegar aqui. Foram estes que sempre me incentivaram e apoiaram nesta fase tão importante da minha vida.

Um forte agradecimento ao meu tio paterno Joaquim, que se disponibilizou a ajudar-me sempre que foi necessário.

Agradeço ao Professor Francisco Leote, orientador da minha dissertação de mestrado na instituição de ensino, pela sua disponibilidade e acompanhamento do meu trabalho ao longo destes meses, dando sempre *feedback* e sugestões de melhoria, contribuindo assim para um melhor aproveitamento e resultado da dissertação.

Para terminar, o meu agradecimento a todos os docentes que fizeram parte destes dois anos, e que contribuíram para o meu enriquecimento de conhecimentos e competências na área de Contabilidade e Finanças. Um especial agradecimento aos meus colegas e amigos, que sempre que necessitei me apoiaram e me aconselharam nesta fase tão importante para mim.

Acrónimos

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

EC – Estrutura Concetual

IAS – *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRIC - *Internacional Financial Reporting Interpretations Committe*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

PME – Pequenas e Médias Empresas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

Glossário

ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade;

Sociedade Anónima (S.A.) - A sociedade anónima (S.A.) é uma forma jurídica de constituição de empresas onde o capital social se encontra dividido em ações que podem ser transacionadas livremente.

Índice de conteúdos

I- Introdução	1
II - Revisão da Literatura	3
2.1. A envolvente organizacional	3
2.2. As características organizacionais	6
2.3. A importância da informação financeira na tomada de decisões	7
2.4. Normativos Contabilísticos Internacionais e Nacionais	10
2.5. Estudos empíricos anteriores	16
III – Metodologia	19
3.1. Objetivo da amostra	19
3.2. Amostra do estudo	19
3.3. Métodos de investigação.....	20
3.4. Instrumentos de recolha de dados	20
IV – Análise e discussão dos dados obtidos	21
4.1. Resultados da Amostra Total	21
4.2. Resultados comparativos entre empresas que aplicam o normativo IAS/IFRS e as que aplicam o SNC	39
V – Conclusões	59
Referências Bibliográficas	64
Apêndices	71

Índice de Ilustrações

Figura 1: Sistema de Informação	8
---------------------------------------	---

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número de trabalhadores da empresa	22
Gráfico 2 – Número de administradores e de acionistas	22
Gráfico 3 – Elementos que exercem a Administração	22
Gráfico 4 – As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas pelo:.....	24
Gráfico 5 – A contabilidade é preparada através de que critérios	24
Gráfico 6 – As políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação	25
Gráfico 7 – Os principais destinatários da contabilidade	25
Gráfico 8 – As datas de encerramento das contas das empresas	26
Gráfico 9 – Auditorias anuais realizadas	27
Gráfico 10 – Os principais motivos para a realização de auditorias	28
Gráfico 11 – A influência das auditorias na tomada de decisões estratégicas	28
Gráfico 12 – Os principais financiadores	28
Gráfico 13 – O processo de negociação de financiamento	29
Gráfico 14 – Apresentação de informação aos bancos	30
Gráfico 15 – Aspectos a ter em consideração na decisão de investimento	30
Gráfico 16 – Os modelos de gestão das empresas em estudo	31
Gráfico 17 – Preparação da informação financeira das empresas em estudo.....	31
Gráfico 18 – Dispensa de contabilidade organizada	32
Gráfico 19 – As vantagens reconhecidas ao utilizar um sistema de contabilidade organizada	32
.....	32
Gráfico 20 – Qual a funcionalidade de um bom Contabilista Certificado	33
Gráfico 21 – O normativo que a empresa utiliza	34
Gráfico 22 – O cálculo da depreciação dos ativos fixos	34
Gráfico 23 – Revalorização dos ativos fixos	35
Gráfico 24 – O reconhecimento de perdas por imparidade	35
Gráfico 25 – O reconhecimento de provisões.....	36
Gráfico 26 – Revolução produzida pelo normativo utilizado na organização contabilística das empresas.....	36
Gráfico 27 - O normativo utilizado oferece uma resposta adequada às necessidades de informação das empresas	37
Gráfico 28 – A informação produzida pelo normativo utilizado	37
Gráfico 29 – O normativo utilizado aumentou as exigências de qualificação e formação dos profissionais.....	38

Gráfico 30 - Número de trabalhadores da empresa	39
Gráfico 31 – Número de administradores ou acionistas	40
Gráfico 32 – Elementos que exercem a Administração.....	40
Gráfico 33 – Decisões sobre as políticas contabilísticas das empresas	41
Gráfico 34 – A contabilidade é preparada através de que critérios.....	42
Gráfico 35 – Políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação	42
Gráfico 36 – Principais destinatários da contabilidade	43
Gráfico 37 – Datas de encerramento das contas das empresas	44
Gráfico 38 – Auditorias anuais realizadas	44
Gráfico 39 – Principais motivos para a realização de auditorias	45
Gráfico 40 – Influência das auditorias na tomada de decisões estratégicas.....	46
Gráfico 41 – Os principais financiadores	46
Gráfico 42 – Processo de negociação de financiamento	47
Gráfico 43 – Apresentação de informação aos bancos.....	48
Gráfico 44 – Aspetos a ter em consideração na decisão de investimento	48
Gráfico 45 – Modelos de gestão das empresas em estudo	49
Gráfico 46 – Preparação da informação financeira das empresas em estudo.....	50
Gráfico 47 – Dispensa de contabilidade organizada	50
Gráfico 48 – Vantagens reconhecidas ao utilizar sistema de contabilidade organizada	51
Gráfico 49 – Qual a funcionalidade de um bom Contabilista Certificado	52
Gráfico 50 – O cálculo da depreciação dos ativos fixos	53
Gráfico 51 – Revalorização dos ativos fixos	53
Gráfico 52 – Reconhecimento de imparidades.....	54
Gráfico 53 – Reconhecimento de provisões	55
Gráfico 54 – Revolução produzida pelo normativo utilizado na organização contabilística das empresas.....	55
Gráfico 55 – O normativo utilizado oferece uma resposta adequada às necessidades de informação das empresas	56
Gráfico 56 – A informação produzida pelo normativo utilizado	57
Gráfico 57 – O normativo utilizado aumentou as exigências de qualificação e formação dos profissionais.....	57

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Comparação das Demonstrações Financeiras do SNC e da IAS/IFRS.....	15
Tabela 2- Elementos caracterizadores da amostra	21
Tabela 3 – Elementos de observação intrínsecos à amostra	23
Tabela 4 – Elementos de observação relacionados com a amostra	33

Tabela 5 - Limites para as categorias de entidades	71
--	----

Índice de Apêndices

Apêndice 1 - Limites para as categorias das entidades	71
Apêndice 2 – Inquérito por questionário	72
Apêndice 3 - Carta de Acompanhamento do Questionário	78

Resumo

A contabilidade tem como finalidade satisfazer necessidades informativas de um vasto conjunto de utilizadores. Numa perspetiva teórica a contabilidade tem um objetivo genérico e abstrato. A preparação e divulgação da informação financeira implicam alguma análise e auxilia na tomada de decisões.

A presente dissertação pretende objetivar os fatores externos e internos que condicionam a qualidade da informação financeira. Isto é, o foco principal passa por testar as características da empresa e da sua envolvente, de modo a analisar os fatores que influenciam a qualidade da informação financeira nas sociedades anónimas em Portugal. Esta informação financeira serve de suporte à gestão e facilita a tomada de decisão em consciência por parte de outros *stakeholders*.

Desde modo, pretende-se verificar a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, como é feita a divulgação da informação financeira, quem são os principais utilizadores desta informação financeira e qual a sua finalidade. Este estudo empírico incide sobre trinta sociedades anónimas que desenvolvem a sua atividade no território português.

A metodologia utilizada é qualitativa e quantitativa, focada na análise crítica refletiva do estudo empírico. As técnicas de recolha de dados utilizada são a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários à amostra, nomeadamente, trinta sociedades anónimas presentes em território nacional.

Concluiu-se que não existem diferenças significativas nas respostas dos inquiridos, isto é, as empresas que utilizam o SNC estão muito equiparadas às empresas que utilizam o normativo IAS/IFRS. Maioritariamente as empresas são compostas por três ou mais elementos (administradores), onde a Administração é constituída na íntegra por acionistas. O principal destinatário da contabilidade é o Estado. As empresas são legalmente obrigadas a pagar impostos e a fornecer toda a informação financeira ao Estado, de modo a cumprir a lei e as suas obrigações fiscais. As empresas que se regem pelo normativo SNC têm como maiores financiadores a Banca, enquanto as que utilizam o IAS têm como maiores financiadores os seus acionistas. Para finalizar, ambos os utilizadores admitem que os normativos vieram aumentar as exigências de qualificação e de formação dos profissionais, satisfazendo, maioritariamente, as necessidades das empresas.

Palavras-chave: Informação financeira; Qualidade da informação financeira; Estrutura concetual; Demonstrações financeiras; Sociedades Anónimas.

Abstract

Accounting is intended to meet the information needs of a wide range of users. From a theoretical perspective, accounting has a generic and abstract purpose. The preparation and disclosure of financial information implies some analysis and assists in making decisions.

The present dissertation intends to objectify the external and internal factors that condition the quality of the financial information. That is, the main focus is to test the characteristics of the company and its surroundings, in order to analyze the factors that influence the quality of financial information in public limited companies in Portugal. This financial information serves as a support to the management and facilitates the decision making in conscience by other stakeholders.

In this way, it is intended to verify the nature of the financial information, how often it supports the management of the company, how the financial information is disclosed, who are the main users of this financial information and what its purpose is. This empirical study focuses on thirty anonymous companies that develop their activity in the Portuguese territory.

The methodology used is qualitative and quantitative, focused on the critical analysis of the empirical study. The data collection techniques used are the bibliographical research and the application of questionnaires to the sample, namely, thirty anonymous companies present in national territory.

It was concluded that there are no significant differences in respondents' responses, ie, companies using the SNC are very similar to those companies that use the IAS / IFRS standard. The majority of the companies are composed of three or more elements (administrators), where the Administration is constituted in its entirety by shareholders. The primary recipient of the accounting is the state, since companies are legally required to pay taxes to this body, and provide all financial information in order to comply with the law and their tax obligations. The companies that are governed by the SNC regulations have as the largest creditors the banks, while those that use the IAS have as the largest funders the their shareholders. To conclude, both users admit that regulations have increased the qualification and training requirements of professionals, mostly satisfying the needs of companies.

Keywords: Financial information; Quality of financial information; Conceptual framework; Financial statements; Anonymous society.

I- Introdução

A contabilidade serve para satisfazer as necessidades informativas internas e direciona-se também para o exterior de uma empresa, procurando promover a tomada de decisão em consciência dos demais *stakeholders*. Esta desenvolveu-se em resposta à globalização, uma vez que existem constantes mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Tudo aponta que a contabilidade irá acompanhar futuramente estas mudanças (Hendriksen & Brenda, 1999).

O *International Accounting Standards Board* (IASB) na Estrutura Concetual determina que as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas para utilizadores externos em geral, tendo em vista as suas finalidades distintas e necessidades diversas.

A informação disponibilizada nas demonstrações financeiras serve, também, de auxílio para os gestores na tomada de decisões. Estas demonstrações financeiras têm como finalidade satisfazerem as necessidades comuns da maioria dos seus utilizadores, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações para a tomada de decisões económicas.

A qualidade da informação financeira e o seu impacto na estratégia empresarial, são assuntos de maior relevância, uma vez que as empresas têm que enfrentar um mercado extremamente competitivo e exigente, onde cabe aos gestores tomarem decisões mais acertadas para garantir um bom futuro à empresa. A informação financeira torna-se assim, um instrumento indispensável à monitorização das atividades e recursos.

O objetivo desta dissertação passa por analisar os fatores que influenciam a qualidade da informação financeira das sociedades anónimas em Portugal, onde serão testadas as características da empresa e da sua envolvente.

Para atingir o objetivo proposto, analisa-se a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, como é feita a divulgação da informação financeira, quem são os principais utilizadores desta informação financeira e qual a sua finalidade.

A população objeto de estudo, são as sociedades anónimas existentes no território nacional. Foram selecionados alguns setores de atividade, nomeadamente, o comércio de produtos alimentares (retalho); comércio e reparação automóvel; consultoria; construção de outras obras de engenharia civil; fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques; fabricação e reparação de aeronaves; fabricação de produtos elétricos; indústria de cerâmica; instituição financeira; indústria metalomecânica; lanifícios; mobiliário; produção, importação e comercialização de produtos alimentares; produção de fibras têxteis; torrefação de café; transportes. Aleatoriamente foram enviados oitenta questionários obtendo-se trinta respostas.

A motivação principal deste trabalho é a de aprofundar o tema em estudo. O interesse em desenvolver o estudo somente com base em sociedades anónimas está relacionado com o interesse em estudar a necessidade dos investidores procurarem mais informação financeira acerca das empresas onde investem o seu capital. O risco torna-se mais reduzido quando existe maior número e diversidade de informação financeira e a viabilização das condições necessárias para estes detentores de capital conseguirem perspetivar um futuro mais aliciante e uma garantia de ter sido um bom investimento, obtendo dessa forma, um retorno a médio/longo prazo. E ainda, perceber se as empresas divulgam informação financeira suficiente para satisfazer as necessidades necessárias aos seus destinatários.

O método de investigação é de caráter qualitativo e quantitativo e, como fonte para a recolha de dados recorre-se, ainda, ao questionário que é aplicado a cada uma das empresas da amostra, sendo este enviado diretamente ao Departamento Financeiro.

Assim, o presente estudo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução, onde é referido o objetivo da dissertação, o método de investigação, a amostra e os instrumentos para a recolha de dados. Numa segunda parte é feita a revisão de literatura, incluindo um enquadramento teórico, com especial enfoque aos elementos da envolvente que têm poder influenciador sobre o sistema contabilístico, e sobre a informação financeira que é preparada e divulgada. É feita, também, uma contextualização e revisão de estudos empíricos anteriores, relacionados com o tema. Na terceira parte apresenta-se a metodologia de pesquisa, onde constam o objetivo da amostra, os métodos de investigação e por fim, os instrumentos utilizados na recolha dos dados. Numa quarta parte é feita a análise dos dados recolhidos através dos questionários aplicados a cada uma das empresas do estudo empírico. Esta fase procura desenvolver uma análise crítica sobre o tema em estudo, onde serão analisados todos os factos investigados sobre a influência das características da envolvente na definição hierárquica dos utilizadores da informação financeira. Nesta parte enquadra-se ainda o estudo empírico incluído nesta dissertação, de modo a que esteja sempre alinhado com o que foi referido na revisão da literatura. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões ao longo da análise, algumas limitações do estudo e futuras investigações.

II - Revisão da Literatura

Ao longo da revisão da literatura é feita uma contextualização com as diversas temáticas abordadas nesta dissertação, tendo como finalidade o foco nos elementos da envolvente das empresas em estudo, que têm poder influenciador sobre o sistema contabilístico e a informação financeira que é preparada e divulgada.

2.1. A envolvente organizacional

De acordo com Duncan (1972), a envolvente organizacional é a totalidade dos fatores físicos e sociais, exteriores à empresa, que são considerados diretamente no processo de tomada de decisão dos gestores da empresa, agrupando assim, os fatores em cinco componentes (clientes, fornecedores, concorrentes, componente sociopolítica e componente tecnológica) que são fulcrais para um bom funcionamento e desenvolvimento de qualquer empresa.

A hostilidade na envolvente organizacional representa a disponibilidade dos recursos e o grau de competitividade da envolvente (Sabherwal & King, 1992).

No âmbito da gestão, a expressão macro ambiente (envolvente contextual) designa um conjunto de variáveis contextuais, que não são controladas diretamente pela empresa, mas afetam o seu desempenho, influenciam as suas estratégias e as tomadas de decisão dos gestores. A envolvente contextual, é constituída pelos contextos económico, sociocultural, político-legal e tecnológico (Pires, M., 2010).

O contexto económico, implica a troca de bens e/ou serviços, dinheiro e informação para com a sociedade. O sociocultural, reflete valores, costumes e tradições da sociedade. O político-legal, condiciona a alocação de poder e providencia o enquadramento legal da sociedade. Por fim, o tecnológico, traduz o progresso técnico da sociedade, nomeadamente, a inovação tecnológica (Pires, M., 2010).

A envolvente transacional refere-se a um conjunto de elementos externos à empresa, que têm influência sobre a mesma, no que respeita a sua atividade e o seu desempenho. Têm que ser tidas em consideração aquando a fixação de objetivos organizacionais (adoção de estratégias e políticas de atuação), nomeadamente os clientes, os concorrentes, os fornecedores e a comunidade são fulcrais para as empresas (Pires, M., 2010).

Atualmente verifica-se que algumas dimensões mais utilizadas para caraterizar a envolvente organizacional estão relacionadas com o grau de dinamismo, de heterogeneidade e de hostilidade. O grau de dinamismo representa uma constante mudança na envolvente organizacional. Existe assim, crescimento de oportunidades, mudanças nos gostos dos clientes, inovação na tecnologia, uma enorme investigação e desenvolvimento e ainda, imprevisibilidade por parte da concorrência. A heterogeneidade da envolvente organizacional significa a complexidade e diversidade dos fatores externos à empresa (Newkirk & Lederer, 2006).

De modo a compreender a envolvente organizacional e a sua influência nas empresas, é preciso entender primeiro o seu conceito, características e dimensões. Para caracterizar a envolvente organizacional é ainda preciso considerar o elevado grau de incerteza, que atualmente lhe está subjacente (Pires, A., 2010).

Segundo Mintzberg (1975), as principais funções do gestor são monitorizar o meio envolvente à organização, de modo a recolher informação relevante sobre o mesmo. Deve ainda negociar e adquirir recursos críticos, de forma a representar a organização no exterior.

Segundo Nadler & Tushman (1984), poder-se-á dizer que a necessidade de previsão comportamental não se baseia apenas nas fronteiras da organização, mas deve também centrar-se nas atitudes e comportamentos dos agentes externos, nomeadamente os clientes, os fornecedores e os acionistas.

O meio envolvente é considerado como uma constante de fluxos de informação, onde se pode localizar potenciais oportunidades ou ameaças para a organização (Ritvo *et al*, 1979).

O leque de possíveis formas de resposta organizacional à incerteza ambiental tem dado origem a múltiplas investigações, que incidem na caracterização das respostas estratégicas e estruturais disponíveis, de modo a dar resposta à mudança observada no exterior (Burns & Stalker, 1961).

Outros estudos como o de Katz & Khan (1978) mostram a relevância da troca de informação da organização com o exterior, tornando obsoleta a velha ideia da organização enquanto sistema fechado e resistente às influências do meio envolvente. Cada vez mais, as organizações têm vindo a ser interpretadas numa perspetiva sistémica, como entidades reativas e dinâmicas, procurando assim o equilíbrio com os fatores externos.

As alterações na envolvente organizacional modificam as estruturas e os processos internos das empresas e aumentam uma determinada incerteza. Como consequência, os gestores depararam-se com maiores necessidades de informação no que respeita ao planeamento, controlo e tomada de decisão (Chong, 1996; Fisher, 1996, Lal & Hassel, 1998; Chenhall & Langfield-Smith, 1998; Braines & Langfield-Smith, 2003).

De modo a colmatar essas necessidades de informação, as empresas sentem-se obrigadas a implementar um Sistema de Gestão de Contabilidade (SGC), para facilitar a troca de informação financeira e informação não financeira entre a empresa e a sua envolvente externa (Abdel-Kader & Luther, 2008).

Devido às mudanças na envolvente organizacional aumenta a pressão social, ganha importância a ecologia ambiental, os aspetos económicos e sociais dos empregados e da

sociedade. Assim, a responsabilidade social e ambiental das organizações faz com que a envolvente fique mais hostil e conseqüentemente, a incerteza aumenta (Chenhall, 2003).

Pode-se averiguar que a informação proporcionada pela contabilidade constituiu-se num importante instrumento de apoio à gestão para qualquer empresa, independentemente do setor de atividade e da sua dimensão, proporcionando um suporte para os gestores no momento de tomada de decisão (Bezerra, 2012).

Normalmente, as empresas tendem a preparar e a divulgar apenas a informação financeira a que estão obrigadas por lei devido à elevada competitividade existente entre as empresas e custo que as empresas têm com a preparação da informação financeira (Santos, 2013).

Desde uma perspetiva histórica que em Portugal, à semelhança de outros países onde a contabilidade tem poder para influenciar, sendo a contabilidade condicionada pela fiscalidade no momento da definição das políticas contabilísticas (Ferreira, 2008). E não é só condicionada quando se aceita e assume que a contabilidade não se constitui num instrumento de gestão para fornecer informações aos mais diversos utilizadores, mas antes vista como um meio para satisfazer as obrigações fiscais, nomeadamente apurar e recolher impostos (Passos, 2010).

Esta situação é preponderante em empresas que têm associado operações simples e que desenvolvem sem necessidade de recorrerem a modelos de gestão sofisticados, onde normalmente a propriedade e a gestão se encontram concentradas (Almeida, 2010).

Porém, outro tipo de empresas estão sujeitas a grandes exigências ao nível da informação financeira necessitando de suporte à gestão, facilitando deste modo os gestores que têm que tomar decisões. A informação financeira é um dos ativos mais importantes de uma empresa. O principal aspeto a considerar é a sua utilidade, estando a importância da informação financeira diretamente relacionada com a utilidade que lhe é atribuída (Alves, 2002).

Existe uma enorme necessidade por parte das empresas em fazerem opções na tomada de decisões e estarem dependentes do seu relacionamento com a sua envolvente, de modo a facilitar a compreensão e explicação do seu comportamento perante esses agentes económicos (Chiavenato, 2004). Ainda assim, a dimensão da empresa inclui, nomeadamente o tipo de informação que preparam e divulgam. Havendo sempre influência por parte da sua estrutura, cultura, estratégia empresarial e meio envolvente (Merchant, 1981).

2.2. As características organizacionais

As organizações inserem-se numa envolvente específica que difere, significativamente de setor para setor e que não afeta todas as organizações da mesma forma, enquanto a envolvente geral é igual para todas as organizações. A envolvente específica apresenta ainda, variações de uma organização para outra.

Hendrick (1987) frisa a importância de que deverá ser objeto a envolvente da empresa, a outra refere ser condição fulcral para a adaptação organizacional, a existência de canais de *feedback* capazes de fazer a organização sentir e preparar respostas adequadas às mudanças verificadas na envolvente. O autor menciona ainda, que a eficácia de uma organização depende em grande parte da sua capacidade de monitorizar e reagir perante as alterações externas.

Existem alterações sensíveis nas características da envolvente, tais como, a internacionalização da competição, a complexidade dos mercados financeiros e a divulgação da informação da sociedade. Estas alterações obrigam os gestores a ensaiarem novas práticas e a elaborar novos modelos mais consonantes, tendo em conta as presentes condições competitivas (Lawler & Mohrman, 1987).

As novas formas de gestão tendem, assim a preconizar a diminuição dos níveis hierárquicos, a difusão da capacidade de decisão e de participação de um inúmero e crescente número de atores organizacionais, e o aumento da própria flexibilidade da estrutura organizacional e recursos humanos (Lawler & Mohrman, 1987).

Quanto à internacionalização dos mercados e incremento da competição global deverão estimular a realização de estudos transnacionais centralizados no ambiente específico das organizações, com base nas decisões dos gestores e contextos de atuação diversos (Reimann, 1974).

Existem autores que defendem que o resultado da reduzida dimensão dos negócios e da concentração entre propriedade e gestão, o processo de tomada de decisão se sustenta, fundamentalmente, na intuição do empresário, no improviso ou em sentimentos (Pires & Rodrigues, 2011). Ao contrário, as empresas de maior dimensão, como é o caso das sociedades anónimas estão dissociadas, onde a propriedade de gestão é centralizada na gestão de topo, neste caso na Administração da empresa, exigindo maior divulgação da informação financeira, por forma o processo de decisão. Esta informação financeira facilita a tomada de decisão dos gestores, de forma, a tomarem decisões mais ajustadas ao contexto organizacional.

Uma Sociedade Anónima (S.A.) é uma forma jurídica de constituição de empresas, onde o capital social se encontra dividido em ações que podem ser transacionadas livremente. Como é constituída como uma sociedade de capital, a sociedade anónima prevê a obtenção de lucros que são distribuídos pelos seus acionistas. Para ser constituída são necessários num mínimo cinco

acionistas. A responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor das ações que subscreveu, não respondendo pelas obrigações da sociedade, para além do capital detido em ações. O capital social não pode ser inferior a 50.000€, e onde será dividido em ações de igual valor nominal (Economias, 2016).

Seiscentas e trinta e quatro sociedades anónimas foram constituídas em Portugal no ano de 2017, representando apenas 1, 7% das empresas constituídas. No atual ano, já foram constituídas cinquenta e nove (Racius, 2018).

Os Administradores gerem a empresa, enquanto os acionistas detêm o capital, e nem sempre os Administradores são acionistas, tendo interesses diferentes. Isto também, devido muitas vezes à dispersão do capital pelos diferentes investidores. Isto conduz à importância da informação financeira para a tomada de decisão.

2.3. A importância da informação financeira na tomada de decisões

Segundo Indícibus *et al.* (2008), a contabilidade é um instrumento que fornece e disponibiliza o máximo de informação útil a todos os utilizadores que dela dependem para tomar decisões.

A contabilidade é um “processo de recolha, análise, registo e interpretação de tudo o que afeta a riqueza das empresas” (Borges *et al.*, 2010:155). No quotidiano as pessoas necessitam de informação, a qual se torna mesmo vital para a tomada de decisões. Assim os diversos grupos sociais podem tomar as suas decisões com base na informação que lhes é fornecida.

Outros autores mencionam ainda que a contabilidade é um sistema de informação que auxilia a gestão organizacional (Costa & Alves, 2014).

De acordo com Cravo (1991) defende-se a expressão que a contabilidade faz apreciações e opções, como consequência natural do reconhecimento da importância dos utilizadores da informação financeira e das necessidades de cada um deles. A contabilidade tem em conta as necessidades dos demais destinatários, isto é, aplica-se a cada uma das situações dos mesmos, em contextos diferentes.

A contabilidade é uma ferramenta de gestão, isso significa que os gestores precisam de sistemas contabilísticos para controlarem as empresas. Pode-se afirmar que todo o tipo de informação deve ser credível, de forma, a que os utilizadores a quem a mesma se destina dela possam retirar conclusões. Caiado (2008) apresenta o sistema de informação esquematizado por processos (Figura 1).



Figura 1: Sistema de Informação

Fonte: Caiado (2008:436).

Como é visível na Figura 1, inicialmente, é feita uma recolha de dados (conjunto de dados), esses dados são processados por sistemas de informação específicos, onde se obtém um “resultado”. Esse resultado é a junção dos dados que origina a informação, que posteriormente vai ser utilizada pelo utilizador.

As características da empresa, nomeadamente no que respeita a aspetos estruturais como a sua dimensão, tipologia, estrutura de capital, inexistência de separação entre propriedade e gestão, nível de endividamento ou variáveis de desempenho e de mercado são fatores fulcrais que servem de apresentação para justificar a existência de padrões de divulgação da informação (Santos, 2016). Porém em muitos casos, sobretudo nas empresas de menor dimensão existe uma visão muito global sobre a contabilidade, onde maioritariamente cumprem os seus compromissos e as suas obrigações fiscais, dando muito pouca importância à informação financeira, como base de suporte do processo de tomada de decisões (Pires & Rodrigues, 2014).

As decisões tomadas pelos gestores e a formulação da estratégia empresarial produzem impacto financeiro, sendo necessário recorrer a instrumentos de apoio à gestão que permitam fazer um acompanhamento rigoroso às consequências económicas e financeiras oriundas dessa tomada de decisão. Os sistemas de informação contabilística e financeira são uma ferramenta privilegiada para o alcance dos objetivos empresariais (Teixeira, 2013).

Wang e Ahammad (2012) frisam que a informação financeira serve para avaliar o desempenho financeiro das empresas. A informação financeira tem como objetivo ser útil aos seus utilizadores, para isso tem de apresentar resultados contabilísticos de forma clara, transparente e credível, sem erros, manipulações ou omissões (Martins, 2007). Ainda a informação financeira é vista como um instrumento no apoio à tomada de decisão, fundamental na transmissão de informação sobre a empresa e de comunicação entre a empresa e os demais *stakeholders* (Barth & Schipper, 2008).

Conforme Borges *et al.* (2011) a contabilidade enquadra-se no designado paradigma da utilidade, o qual também é considerado na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, quando se trata de “demonstrações financeiras” preparadas propositadamente para proporcionar informação útil aos utilizadores para facilitar na tomada de decisões económicas.

De acordo com Mueller *et al.* (1999) as demonstrações financeiras tendem a refletir as necessidades de informação dos fornecedores de capital, sustentando esta teoria nas diferentes necessidades de capital das empresas e, essencialmente focados na sua estrutura de capital.

Os investidores com menor informação financeira exigem um maior retorno por ação, pois a insuficiência de informação aumenta o risco (Easley e O' Hara, 2004).

Porém, as empresas não podem produzir apenas informação estritamente financeira, pois, são-lhes exigidas também, informações a serem divulgadas do trato social e ambiental (Eugénio, 2010).

Numa perspetiva empresarial, a perceção de valor da informação pode estar condicionada ao custo da sua preparação ou à incerteza quanto ao retorno esperado, ou seja, existe uma enorme dificuldade em estabelecer uma relação de custo-benefício (Cronin, 1990).

Existe uma divergência significativa entre a informação recomendada pelos contabilistas e a usada pelos utilizadores, tais como, empresários/gestores na avaliação de projetos de investimento, isto afirma que a informação contabilística por vezes não é suficiente para satisfazer as necessidades dos utilizadores (Holmes & Nicholls, 1988). Jagi (1975) defende que o comportamento dos gestores é impulsionado por diferentes valores, em função da envolvente em que atuam, o que condiciona a sua ação e, por sua vez, influenciará a informação financeira.

As estruturas concetuais da informação financeira têm procurado definir, nomeadamente, os objetivos subjacentes à preparação e apresentação da informação financeira, os pressupostos subjacentes, as características qualitativas das demonstrações financeiras, os elementos das demonstrações financeiras, os critérios para o seu reconhecimento, a mensuração dos elementos das demonstrações financeiras e os conceitos de capital e manutenção de capital (Jagi, 1975).

Simon *et al.* (1954) desenvolveram o primeiro estudo sobre a importância da informação contabilística no contexto empresarial. Porém, em Portugal constata-se uma certa escassez de estudos nesta área. Ainda Biddle e Gilles (2006) defendem que uma contabilidade de elevada qualidade contribui para um investimento eficiente, e reduz a assimetria da informação financeira entre a empresa e o exterior.

Jonas e Blanchet (2000) investigaram a qualidade da informação financeira a partir dos níveis de transparência e integridade. Desta forma, encontraram um outro rumo, isto é, o da manipulação ou exploração intencional da norma para que os resultados estejam em conformidade com os interesses de um determinado grupo (Baralexis, 2004).

“A implementação de Sistema de Gestão da Qualidade baseado na norma ISO 9001:2008 é altamente benéfica para as empresas” (Morais, 2014, p.3). As empresas certificadas pela Norma

Portuguesa ISO 9001:2008, têm maior notoriedade perante os investidores, clientes, credores, entre outros utilizadores.

Nas organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional, é também expectável que a qualidade da sua informação financeira seja baseada no respeito integral do normativo contabilístico, de modo a que a informação financeira produzida seja de elevada qualidade e útil para todos os utilizadores, quer internos quer externos (Martins, 2016).

Assume-se assim que a informação financeira tem um papel muito importante na gestão de uma empresa, auxiliando os gestores na tomada de decisão, tendo sempre em conta a posição atual da mesma. Contribui ainda para um bom desempenho empresarial e satisfação dos diversos utilizadores.

Neste sentido, a Normalização Contabilística assume uma posição relevante na produção de informação contabilística auxiliando os *stakeholders* na tomada de decisão. Os objetivos da informação financeira devem ser coerentes com a envolvente e natureza da empresa (Pires & Rodrigues, 2014).

2.4. Normativos Contabilísticos Internacionais e Nacionais

As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) têm como objetivo a necessidade da linguagem universal para a contabilidade. Isto implica, que a mensuração de ativos e passivos seja efetuada pelos mesmos critérios e as normas de relato financeiro sejam as mesmas para que um investidor possa avaliar uma empresa, independentemente do seu enquadramento económico, financeiro ou social.

“Para efeitos da IAS 1, são aplicáveis as seguintes definições: As demonstrações financeiras com finalidades gerais (referida como “demonstrações financeiras”) são as que se destinam a satisfazer as necessidades dos utilizadores que não estejam em posição de exigir a uma entidade que prepare relatórios à medida das suas necessidades particulares de informação.” As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) são as normas e interpretações adotadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e ainda, as interpretações desenvolvidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) (IAS 1, § 7).

As entidades de menor dimensão podem incorrer em custos mais elevados para cumprirem exigências de informação financeira do que as grandes empresas. As empresas de menor dimensão ainda têm menos ativos fixos tangíveis (AFT) do que as empresas de maior dimensão, dando menos garantias às instituições financeiras. Empresas com maior necessidade de

financiamento tendem a seguir políticas mais direcionadas para o aumento de resultado e da robustez financeira da empresa (Hand *et al.*, 1982).

As Pequenas e Médias Empresas (PME's) caracterizam-se por terem a propriedade e a gestão concentradas, em regra, na mesma pessoa (Ang, 1991). Têm maior dificuldade em aceder ao mercado de capitais e por a sua principal fonte de financiamento serem os empréstimos bancários (Baston & Matthew, 1989). Segundo Beck e Demircuc-Kunt (2006) as PME's são as empresas com maior dificuldade de acesso ao crédito. Enquadram-se nesta dimensão as empresas que não ultrapassem dois dos três limites mencionados no artigo 9º do Decreto-Lei nº98/2015 (apêndice 1).

Em 2016, as PME's representavam 99,9% das empresas em Portugal, sendo o segundo maior país da EU com mais PME por cada 100 habitantes (Pordata, 2018).

De acordo com Cheng & Warfield (2005), as instituições financeiras, por vezes, têm dificuldade em avaliar o risco, e como forma de reduzir o risco, uma vez que a informação financeira por vezes não serve de garantia, exigindo garantias reais, nomeadamente os bens físicos, tais como os ATF. Deste modo, os ATF são mais seguros para as instituições financeiras. As empresas com a preparação de informação financeira podem optar por diferentes políticas contabilísticas.

A informação financeira é condicionada por vários fatores e sofre modificações ao longo do tempo, pois dependem da avaliação individual, dos conhecimentos e perceções dos utilizadores e de problemas específicos associados à mesma (Alves, 2002).

Para cada tipo de decisão, é necessário um tipo diferente de informação financeira. A informação financeira é percecionada de forma diferente por cada tipo de utilizador. Ainda, é condicionada pelos objetivos, pelas necessidades, pela importância e pelo nível de utilização da informação.

De acordo com a Ordem dos Contabilistas Certificados (2016) o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão, de 21 de setembro de 2003 (atualizado pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008), as empresas da União Europeia (UE) passaram a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de acordo com as determinações do Governo. O objetivo principal era harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas empresas.

O próprio IASB mostra-se convencido de que as IFRS são adequadas para todos os tipos de entidade, e que satisfazem as necessidades comuns dos utilizadores. Tendo em conta a

relação custo-benefício, reconheceu a existência de diferentes necessidades dos utilizadores, de modo a criar uma norma específica para as pequenas e médias empresas (Eierle & Haller, 2009).

Nos parágrafos anteriores foram mencionados os normativos internacionais utilizados pelas empresas, de modo a perceber que as empresas ficam obrigadas a divulgar determinada informação financeira para com o exterior. Esta informação contabilística e financeira é fundamental para que os clientes, fornecedores, investidores, entre outros *stakeholders* possam conhecer o histórico económico-financeiro da empresa.

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, o modelo de normalização contabilística nacional caracteriza-se pela afinidade com a legislação contabilística da União Europeia (UE), associada com as normas internacionais de contabilidade, *International Accounting Standard* (IAS) e com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As empresas de maior dimensão exigem um maior grau de divulgação, nomeadamente as empresas cotadas na bolsa de valores, onde as suas contas dirigem-se aos investidores em mercados regulamentados. Para as restantes empresas, ou seja, as não cotadas na bolsa de valores, cada país produziu as suas normas, com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS).

Alguns autores como Miller (1990:332) consideram que a “estrutura concetual é melhor compreendida como um documento político do que como um esforço puramente concetual”. Deste modo, estrutura concetual não é apenas um esforço que as empresas têm que respeitar rigidamente, mas também um documento contabilístico e financeiro, onde divulgam informação financeira de modo a satisfazer as necessidades dos diferentes destinatários.

Segundo Branco (2005) uma estrutura concetual da informação financeira corresponde a uma interpretação teórica da Contabilidade, que fundamente a preparação e divulgação da informação financeira. O principal objetivo é fornecer como ponto de apoio à regulação contabilística, uma base concetual que assegure um elevado grau de coerência entre as normas e uma adequada consistência entre elas e o contexto socioeconómico onde são inseridas.

Branco & Rodrigues (2000:198) salientam “o consenso em torno da importância das estruturas concetuais pelo facto de estas servirem como suporte ao processo de elaboração e emissão de normas de contabilidade, ou seja, pela utilidade percebida pelos preparadores da informação contabilística”.

Nos seguintes parágrafos são mencionadas algumas semelhanças ou diferenças quanto à apresentação de demonstrações financeiras no âmbito da IAS 1 e do SNC, nomeadamente o conceito, objetivo, e a sua importância quanto à divulgação e apresentação da informação financeira.

Segundo o primeiro parágrafo da IAS 1 (Apresentação de Demonstrações Financeiras) “ (...) a base para a apresentação de demonstrações financeiras com finalidades gerais, de forma a assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras, de períodos anteriores, da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.” Esta norma estabelece ainda requisitos globais para a apresentação de demonstrações financeiras, diretrizes para a sua estrutura e requisitos mínimos para o respetivo conteúdo. Uma entidade deve aplicar a IAS 1 quando estiver a preparar e a apresentar as suas demonstrações financeiras, com finalidades gerais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

De acordo com a Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, parágrafo 1º, “as demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utilizadores, com efeito, todos os utilizadores tomam decisões económicas.

A estrutura Concetual trata do objetivo das demonstrações financeiras, das características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras, da definição, reconhecimento e mensuração de elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras, e ainda, dos conceitos de capital e de manutenção de capital (Estrutura Concetual do SNC, § 5).

Segundo a Estrutura Concetual do SNC (§ 6), as demonstrações de finalidade gerais, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas e apresentadas pelo menos anualmente e destinam-se às necessidades comuns de informação de um vasto leque de utilizadores, onde alguns deles podem exigir, e têm o poder de obter informação para além da contida nas demonstrações financeiras. Muitos utilizadores têm de depender apenas das demonstrações financeiras como principal fonte de informação financeira, deste modo, estas demonstrações financeiras devem ser preparadas e apresentadas com vista a satisfazer as necessidades dos utilizadores que delas dependem.

Seguidamente é feito um enfoque nas demonstrações financeiras, quanto ao seu conceito, objetivo e sua relevância.

Os utilizadores das demonstrações financeiras são os investidores atuais e potenciais, empregados, mutuantes, fornecedores, e outros credores comerciais, clientes, Estado e seus departamentos e o público. Utilizam as demonstrações financeiras a fim de satisfazerem algumas das suas diversas necessidades de informação (Estrutura Concetual do SNC, § 9). A fim ao cabo estão descritos anteriormente os *stakeholders* do meio envolvente da empresa (Nunes, 2013; Branco & Rodrigues, 2000).

Existe um vasto leque de utilizadores, com expectativas muito elevadas quanto à utilidade e potencial da informação contabilística, levando à perceção de conflitos, promovendo a

essencialidade do utilizador na definição de uma estrutura concetual para a contabilidade. Representam necessidades informativas diferentes uns dos outros. Ainda, os Administradores precisam deste auxílio para tomarem decisões económico-financeiras, os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio para gerar capital, o Estado espera que a tributação do rendimento resulte em receitas fiscais, os credores procuram a análise de risco dos seus créditos, os clientes visam garantir a continuidade de bom fornecimento de bens e/ou serviços, os trabalhadores querem sentir segurança e estabilidade profissional, entre outros utilizadores (Lima, 2012).

Considerando a facilidade de acesso a informação financeira, pode averiguar-se que existem dois grupos de utilizadores: os utilizadores internos e os utilizadores externos. Os utilizadores internos, nomeadamente os funcionários, os gestores, administradores e/ou acionistas. O interesse destes são a remuneração e outros benefícios. Os utilizadores externos são os investidores, os credores, os clientes, o Estado e o público (analistas). Estes utilizadores externos têm outro tipo de interesse em informação financeira completamente diferente (Rosa, 2013).

Relativamente às demonstrações financeiras pode averiguar-se que são fundamentais para um bom funcionamento empresarial, nomeadamente para os utilizadores. “ O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utilizadores na tomada de decisões económicas” (Estrutura Concetual do SNC, § 12).

As demonstrações financeiras preparadas têm como finalidade satisfazer as necessidades comuns da maior parte dos utilizadores. No entanto, as demonstrações financeiras não proporcionam toda a informação financeira de que os utilizadores possam necessitar para tomarem decisões económicas, uma vez que em grande maioria, retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente informação não financeira. Os utilizadores das demonstrações financeiras que desejem avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão pelos recursos que lhe foram confiados fazem-no a fim de que possam tomar decisões económicas (Estrutura Concetual do SNC, § 13-14).

Conclui-se que toda a matriz de conceitos reveste-se de um certo constitucionalismo, ou seja, um referencial, neste caso para a contabilidade, consolidando um sistema coerente que se pretende quando se inter-relacionam os fundamentos e as normas que o operacionalizam, sendo que a estrutura concetual da contabilidade terá que ser capaz de efetuar o enquadramento basilar ao corpo normativo produzido, através da inclusão de um referencial contabilístico de aceitação generalizada por todos os interessados para que os factos patrimoniais de natureza económico-financeira relativos à vida da entidade de relato, possam ser: classificados, homogeneizados e relatados (Borges *et al.*, 2011; Freitas, 2009; Lopes, 2013).

De acordo com Freitas (2009), as demonstrações financeiras preparadas têm como finalidade satisfazer as necessidades comuns da maioria dos seus utilizadores, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações para a tomada de decisões económicas, tais como: Decidir o momento para comprar, manter ou vender um investimento em ações; Avaliar o órgão de gestão quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, a qualidade do seu desempenho e prestação de contas; Avaliar a capacidade da entidade, pagar aos seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios; Avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade; Determinar políticas fiscais; Determinar a distribuição de lucros e dividendos; Preparar e usar estatísticas sobre o rendimento nacional; Regulamentar as atividades das entidades.

As demonstrações financeiras fazem parte do processo de relato financeiro. Um conjunto de demonstrações financeiras inclui normalmente, um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e ainda, material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras. Podem conter também mapas suplementares e informação baseada em tais demonstrações (Estrutura Concetual do SNC, § 8).

A tabela 1 mostra as diferenças na constituição das Demonstrações Financeiras exigidas pelo SNC e pela IAS/IFRS.

SNC	IAS/IFRS
a) Balanço;	a) Demonstração da Posição Financeira;
b) Demonstração de Resultados por Naturezas (pode ainda incluir Demonstração de Resultados por Funções);	b) Rendimentos e Gastos reconhecidos no período;
c) Demonstração de Alterações de Capital Próprio;	c) Demonstração de Alterações de Capital Próprio;
d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto, obrigatoriamente);	d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto ou indireto);
e) Anexos	e) Anexos

Tabela 1 – Comparação das Demonstrações Financeiras do SNC e da IAS/IFRS

Fonte: Elaboração própria com base nas Estruturas Concetuais do SNC e da IASB

2.5. Estudos empíricos anteriores

De acordo com os objetivos deste trabalho analisa-se nesta seção a literatura sobre a importância da informação financeira e a relação com a envolvente. Seguem-se alguns estudos relacionados com a importância da informação financeira para as empresas, auxiliando os gestores na tomada de decisão.

Uma estrutura conceitual da informação financeira corresponde a uma interpretação da teoria da Contabilidade que fundamente a preparação e apresentação da informação financeira. As estruturas conceituais são fulcrais e servem de base aos responsáveis da contabilidade. As normas regidas pela estrutura conceitual fazem a regulação contabilística, e delas resultam a informação financeira que é disponibilizada aos seus utilizadores de modo a facilitar a tomada de decisão (Branco, 2005).

Alves (2013:108) menciona no seu estudo que “a informação financeira, dados os seus atributos, é útil para uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões. Por isso, deve estar disponível no sentido de dar resposta às suas necessidades de informação. Particularmente os gestores devem recorrer à informação financeira nos seus processos de tomada de decisão. É fundamental que esta informação cumpra um conjunto de requisitos qualitativos da informação, em especial a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, sob pena da sua utilidade ficar comprometida”.

Wang e Ahammad (2012) concluíram no seu estudo que o balanço e as demonstrações dos resultados são importantes fontes de informação para avaliar o desempenho das empresas no presente e no futuro.

Branco (2005) refere no seu estudo, no que respeita à definição de ativos nas estruturas conceituais da informação financeira que as estruturas conceituais têm vindo a procurar dar resposta a questões relacionadas com os objetivos da Contabilidade Financeira, de modo a perceber quem se destina a informação e para que fins servem.

Porton e Longaray (2006) efetuaram uma pesquisa, a nível qualitativo, com base numa amostra de vinte lojas de uma grande superfície, utilizando um questionário semiestruturado, de modo a verificarem a relevância do uso da informação contabilística no processo de tomada de decisão. Os resultados do estudo mostram que 85% das empresas inquiridas utilizavam informação contabilística nos seus processos de tomada de decisão.

Barros (2005:3) desenvolveu um estudo com o intuito de conhecer as necessidades e a respetiva utilização das informações contabilísticas no processo de gestão das empresas do setor da construção. A metodologia utilizada foi a entrevista e foram realizadas aos gestores de quinze empresas. Com base nos resultados obtidos o autor concluiu que 66% dos entrevistados gerem as empresas com base em ferramentas e informações contabilísticas e 34% dos inquiridos

responderam não fazer uso das informações contabilísticas como suporte às decisões de gestão. De destacar que dos 34% que não fazem uso das informações contabilísticas, 7% afirma que a contabilidade é apenas uma ferramenta exigida por lei, de modo assegurar os impostos, enquanto os 27% restantes afirmam ter uma base de dados diferente da integrada ao sistema contabilístico, que é utilizada como base do planeamento, execução e controlo das atividades.

Martins (2016) testou a expectável relação “positiva” entre a existência de Certificação de Qualidade de uma empresa e a Qualidade da Informação Financeira. Para o efeito, foi necessário, seleccionar quais as empresas que possuíam certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade (SGQ), tendo por base a norma ISO 9001, de modo a obter a qualidade da informação financeira das empresas. No estudo foi utilizada uma amostra de 35.417 empresas portuguesas num período compreendido entre 2008 e 2013, disponíveis na base de dados SABI (Sistema de Análises de Balanços Ibéricos).

Segundo Martins (2016) verifica-se a existência de uma relação positiva entre a Certificação de Qualidade e a Qualidade da Informação Financeira. Constatou ainda que os gestores e os diferentes utilizadores da informação financeira têm um papel fundamental na qualidade da informação financeira. Quanto melhor for a qualidade da informação financeira, maior é a probabilidade da empresa obter Certificação de Qualidade, possibilitando que a empresa tenha mais notoriedade e uma maior visibilidade no mercado cada vez mais competitivo. Conclui ainda que as empresas certificadas, têm maior credibilidade aos olhos dos diferentes utilizadores da informação financeira.

Os estudos de Lopes e Saraiva (2009) e de Morais (2014) verificaram que as empresas que possuem Certificado de Qualidade têm tendência a estar localizadas nas zonas norte e centro. Porém, é na zona centro que se encontra o maior número de empresas certificadas. Lopes e Saraiva (2009) também verificaram que as zonas relativas às ilhas possuem uma elevada fração de entidades certificadas em comparação com a dimensão do território continental e que a zona sul detém um baixo número de empresas certificadas.

Os autores Lisboa e Augusto (2003) verificaram que a dimensão das empresas não influencia o desempenho da empresa, isto é, empresas de maior dimensão não são necessariamente aquelas que têm melhor desempenho.

Pires & Rodrigues (2014) desenvolveram um estudo cujo objetivo era apresentar uma análise crítica reflexiva, suportada na teoria da contingência, sobre a influência que as características da envolvente empresarial poderiam exercer sobre a definição das políticas contabilísticas. Desse modo, o estudo pretendia avaliar o exercício de opções em função das necessidades da entidade e quais as consequências ao nível da hierarquia dos utilizadores da informação financeira. Os autores usaram a metodologia de inquéritos por questionário às empresas em estudo, onde obtiveram 45 respostas.

Pires e Rodrigues (2014), com base nas respostas obtidas no questionário concluíram que no que respeita à análise e interpretação do sistema contabilístico com a sua envolvente, foi possível observar que a contabilidade se apresenta como uma prática muito dependente da fiscalidade, ainda que teoricamente seja classificada como uma relação de dependência parcial. Este facto deve-se a fatores de natureza cultural, mas também com foque à ordem histórica, uma vez que em Portugal a regulamentação fiscal se antecipou à contabilística, permitindo ocupar o seu lugar. Concluíram ainda que a importância dada à informação financeira, nomeadamente as maiores necessidades e exigências no momento da sua preparação, está muito dependente das características da envolvente. A seleção e aplicação de critérios contabilísticos resultam da necessidade de ponderar a informação face à hierarquização dos utilizadores e suas necessidades.

O estudo de Pires & Rodrigues (2014) serviu de suporte-base para elaborar a presente dissertação, no entanto, existem diferenças no que respeita ao estudo propriamente dito e aos resultados obtidos. A presente dissertação também utilizou a mesma metodologia, ou seja, o inquérito por questionário. No entanto, o estudo dos autores mencionados anteriormente direccionaram-se a qualquer tipo de empresa no que respeita ao estatuto jurídico, enquanto esta dissertação se foca integralmente em sociedades anónimas. No entanto os resultados não se diferenciam muito, uma vez que em ambos os estudos se comprovou que as empresas estão dependentes da boa qualidade da informação financeira, que facilita de certo modo a tomada de decisão. Depende ainda das características da envolvente, tendo em conta as necessidades e as exigências momentâneas das empresas.

III – Metodologia

3.1. Objetivo da amostra

A presente dissertação pretende objetivar os fatores externos e internos que condicionam a qualidade da informação financeira. Isto é, o foco principal passa por testar as características das empresas e da sua envolvente, de modo a analisar os fatores que influenciam a qualidade da informação financeira das sociedades anónimas em Portugal. Esta informação financeira serve de suporte na tomada de decisão.

Desde modo, pretende-se verificar a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, como é feita a divulgação da informação financeira, quem são os principais utilizadores desta informação financeira e qual a sua finalidade. Este estudo empírico incide sobre trinta Sociedades Anónimas em Portugal, nas quais se procura analisar os fatores internos e externos e o seu impacto na qualidade da informação contabilística.

3.2. Amostra do estudo

O questionário aplicado às Sociedades Anónimas em todo o território nacional teve por base algumas questões aplicadas por Pires & Rodrigues (2014:10):

- a) “Elementos caracterizadores da amostra que têm como finalidade desenvolver uma breve caracterização da empresa. Pretende-se obter evidências que permitam assegurar que as entidades em estudo respeitam os pressupostos do trabalho, isto é, que a sua estrutura jurídica seja “sociedades anónimas” com abordagem no território português;
- b) Elementos de observação intrínsecos à amostra. O principal foco do inquérito é testar a informação financeira em função de objetivos específicos, para que possam ser analisadas as características da entidade;
- c) Elementos de observação relacionados com a amostra, nomeadamente, desenvolvido para dar ênfase aos resultados, e de que modo o objetivo que preside à preparação e apresentação da informação financeira condiciona o seu conteúdo e apresentação”.

O questionário foi enviado a 80 empresas cotadas com atividade em território nacional. De acordo com os objetivos do estudo foi possível recolher a informação de trinta empresas. Desta forma a amostra abrange empresas de setores de atividade distintos.

Os setores de atividade em estudo são: Comércio de produtos alimentares (retalho); comércio e reparação automóvel; consultoria; construção de outras obras de engenharia civil; fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques; fabricação e reparação de aeronaves; fabricação de produtos elétricos; indústria de cerâmica; instituição financeira; indústria metalomecânica; lanifícios; mobiliário; produção, importação e comercialização de produtos alimentares; produção de fibras têxteis; torrefação de café; transportes.

3.3. Métodos de investigação

O método de investigação é de carácter qualitativo e quantitativo. As técnicas utilizadas são a pesquisa bibliográfica, onde constam os artigos científicos, os livros e outros documentos de matérias inerentes à área da contabilidade e finanças e a aplicação de um inquérito por questionário. Desta forma, o questionário aplicado a cada uma das empresas da amostra foi enviado diretamente ao Departamento Financeiro. O questionário utilizado no estudo encontra-se disponível no Apêndice 2 e a carta de acompanhamento no Apêndice 3.

3.4. Instrumentos de recolha de dados

Foi considerada a utilização do inquérito por questionário, uma vez que este é pouco dispendioso, apesar de ser um pouco moroso. A opção pelo questionário acarreta, também, algumas desvantagens, nomeadamente no que respeita às dificuldades com a sua construção, a eventual reduzida taxa de respostas e o facto de não permitir personalizar e aprofundar as perguntas relativamente a cada sujeito inquirido (Seabra, 2010).

Tendo por base alguns estudos semelhantes anteriormente elaborados, pode-se mencionar que a estrutura do questionário teve por base um estudo semelhante realizado por Pires & Rodrigues (2014), exceto no que respeita ao processo de seleção e composição da amostra que se destina a qualquer tipo de estrutura jurídica, enquanto na presente dissertação se destina apenas a Sociedades Anónimas. No estudo empírico de Pires e Rodrigues (2014) foram questionadas 60 empresas sedeadas no distrito de Bragança.

IV – Análise e discussão dos dados obtidos

Concluído o tratamento estatístico dos dados recolhidos através da aplicação do inquérito por questionário, o objetivo deste capítulo consiste na apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

No primeiro ponto deste capítulo serão apresentados os resultados obtidos da amostra total, isto é, das trinta empresas em estudo. No seguinte serão apresentados os resultados comparativos entre as empresas que utilizam o normativo IAS/IFRS e as que utilizam o SNC. É importante perceber o que cada empresa conclui com o normativo que utilizam. Ainda, analisar se a envolvente tem o mesmo impacto na informação financeira, preparada de acordo com diferentes normativos contabilísticos.

4.1. Resultados da Amostra Total

A amostra em estudo é constituída pelas 30 empresas que responderam ao inquérito por questionário.

Numa primeira parte do questionário constam algumas questões, de modo a obter os elementos caracterizadores da amostra que têm como finalidade desenvolver uma breve caracterização da empresa. Pretende-se obter evidências que permitam assegurar que as entidades em estudo respeitam os pressupostos do estudo, isto é, que a sua estrutura jurídica seja “sociedades anónimas” em território português (Tabela 2).

Q1 - Qual o ano da constituição?

Q2 - Qual o setor de atividade?

Q3- Qual o capital social da entidade?

Q4 - Dimensão da empresa?

Q5 - Nº de administradores?

Q6 - Quem exerce a Administração?

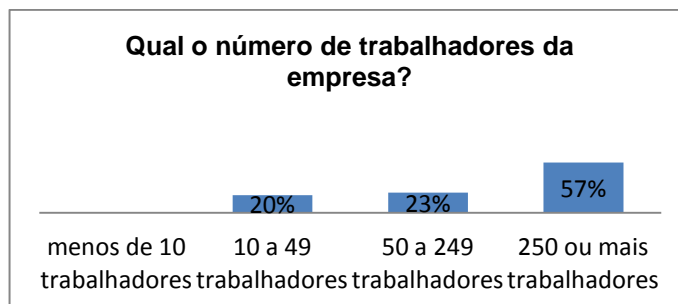
Tabela 2 - Elementos caracterizadores da amostra

A análise desta primeira parte permite concluir se a amostra deste estudo (30 sociedades anónimas), tem um elevado investimento ou não, neste caso pode verificar-se nos inquéritos recolhidos que o capital social das empresas inquiridas varia entre os 50.000 e os 629 milhões de euros. O ano de início de atividade das empresas em estudo varia entre 1792 e 2011, sendo que existem empresas com várias centenas de anos, que vão passando de geração em geração.

Os setores de atividade em estudo são: Comércio de produtos alimentares; comércio e reparação automóvel; consultoria; construção de outras obras de engenharia civil; fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques; fabricação e reparação de aeronaves; fabricação de produtos elétricos; indústria de cerâmica; instituição financeira; indústria metalomecânica;

lanifícios; mobiliário; produção, importação e comercialização de produtos alimentares; produção de fibras têxteis; torrefação de café; transportes.

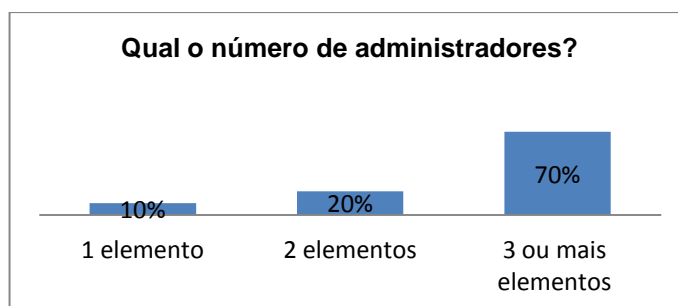
Gráfico 1 – Dimensão da empresa



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 1 pode observar-se que a maioria das empresas tem 250 ou mais trabalhadores, ocupando uma taxa de 57% (grandes empresas). As pequenas empresas correspondem a 20% da amostra, enquanto as médias empresas correspondem a 23% da amostra.

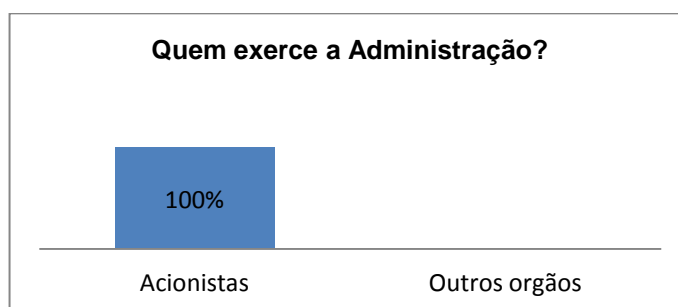
Gráfico 2 – Número de administradores



Fonte: Elaboração própria

Pode ainda averiguar-se no gráfico 2 que 10% das empresas inquiridas apenas têm um elemento na Administração. Enquanto 20% das empresas têm 2 elementos na constituição da Administração. Prevalendo com 70% dos inquiridos responderam possuir de três ou mais elementos na Administração da empresa.

Gráfico 3 – Elementos que exercem a Administração



Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão que aborda quem ocupa lugar na Administração da empresa, pode verificar-se que 100% da amostra corresponde aos acionistas. Nas empresas inquiridas não existem gestores nomeados para presidir à Administração das empresas.

As características da envolvente, nomeadamente, a estrutura do tecido empresarial no que respeita à dimensão, propriedade e gestão, exercem influência significativa sobre o sistema contabilístico, modelizando as suas características intrínsecas (Mueller 1967; Ignacio & Jarne, 1997). A dimensão e complexidade das empresas conduzem a uma estrutura organizacional mais hierarquizada e com maior necessidade de informação contabilística (Johnson e Kaplan, 1987). Deste modo, compreende-se que quanto maior é a empresa, a propriedade e a gestão descentralizada, maior se torna a necessidade de informação financeira.

A segunda parte do questionário apresenta algumas questões que abordam os elementos de observação intrínsecos à amostra, a que corresponde o foco principal do inquérito. Assim procura-se analisar as características da entidade e objetivos específicos, por forma a compreender a importância da informação financeira para a tomada de decisão (Tabela 3).

Q7 - As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas com base em quê?

Q8 - A contabilidade é preparada através de que tipo de critérios?

Q9 - As opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação?

Q10 - Principais destinatários da contabilidade?

Q11- Quando é que se encontram encerradas as contas da sua empresa?

Q12- Quantas auditorias se realizam por ano?

Q13 - Os principais motivos para a realização de auditorias?

Q14 - A realização de auditorias influencia na tomada de decisões estratégicas?

Q15 - Principais financiadores?

Q16 - O processo de negociação de financiamento assenta?

Q17 - Com que frequência é costume apresentar informação aos bancos?

Q18 - As decisões de investimento assentam em que aspetos?

Q19 - Modelo de gestão da empresa apoia-se em que critérios?

Q20 - Encara a preparação da informação financeira?

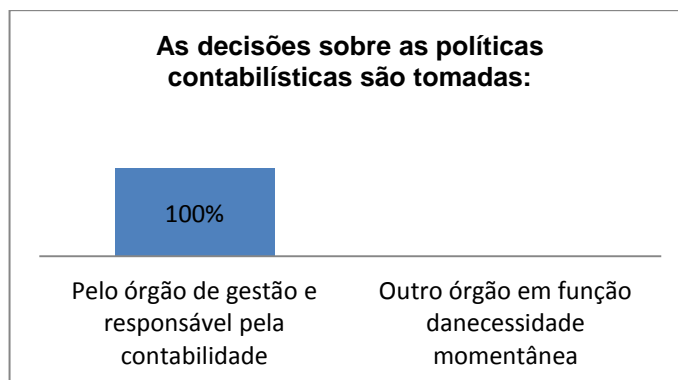
Q21 - Num cenário de dispensa de obrigatoriedade de ter contabilidade organizada admite essa possibilidade?

Q22 - As vantagens que reconhece a um sistema de contabilidade organizada?

Q23 - Um bom Contabilista Certificado é?

Tabela 3 – Elementos de observação intrínsecos à amostra

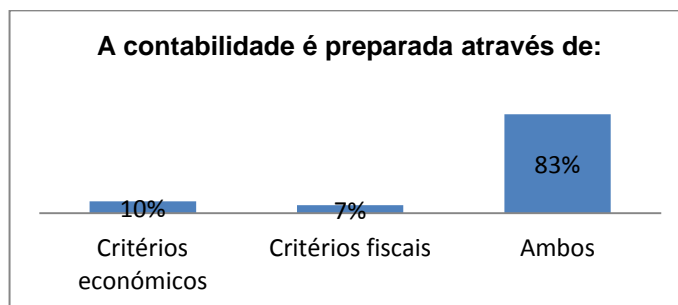
Gráfico 4 – As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas pelo:



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 4, verificam-se que as decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas pelo órgão de gestão e responsável pela contabilidade correspondendo a 100% da amostra, não sendo tomadas decisões por outros órgãos em função da necessidade momentânea.

Gráfico 5 – A contabilidade é preparada através de que critérios

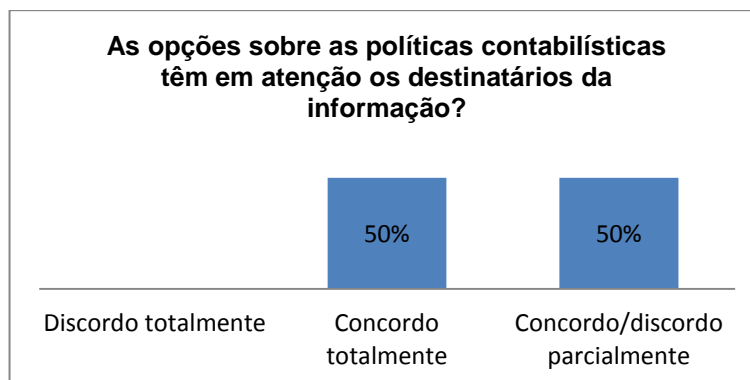


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 5, verifica-se que a contabilidade é preparada maioritariamente, tendo por base critérios económicos e critérios fiscais, que corresponde a 83% da amostra. Onde 7% dos inquiridos considera apenas os critérios fiscais e 10% considera os critérios económicos. Os resultados mostram que muitas empresas não se limitam apenas a cumprir o seu objetivo (critérios económicos), mas também se focam na área da fiscalização (critérios fiscais), de modo a cumprir as normas contabilísticas e fiscais. Poderá existir ainda uma certa preponderância da norma fiscal sobre a norma contabilística, fugindo do objetivo da contabilidade e focar-se na fiscalidade (Pires, A., 2010; Pires & Rodrigues, 2011).

Muitas vezes os responsáveis pela contabilidade das empresas tendem a confundir a norma contabilística e a norma fiscal (Wahrisch, 2001).

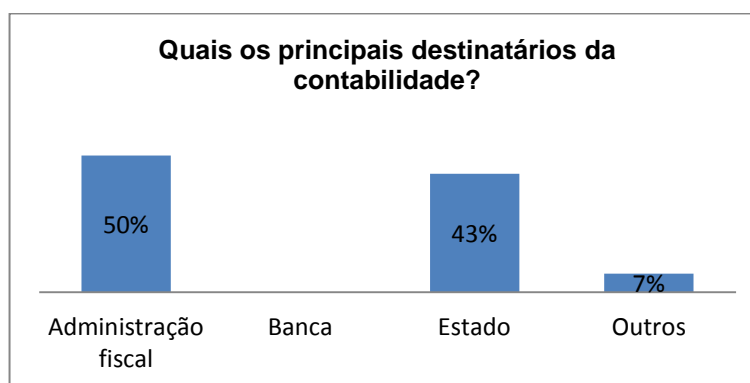
Gráfico 6 – As políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação



Fonte: Elaboração própria

É relevante perceber quem são os principais destinatários da Informação Financeira, e se as opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários dessa informação. No gráfico 6, 50% dos inquiridos responderam que concordam totalmente, onde 50% responderam que concordam parcialmente. Pode concluir-se que metade da amostra refere que a informação contabilística é produzida tendo em conta os seus destinatários, a outra metade da amostra não partilha da mesma opinião, onde menciona que concordam apenas em parte da questão. Deste modo, poderá não existir preocupação ao produzir informação contabilística para certos utilizadores.

Gráfico 7 – Os principais destinatários da contabilidade



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 7 apresenta que os principais destinatários da informação contabilística são Administração Fiscal que corresponde a 50%, o Estado, que corresponde a 43% da amostra, de seguida Outros com 7% da amostra.

Na IAS 1 (§7), é mencionado que as demonstrações financeiras com finalidades gerais são as que se destinam a satisfazer as necessidades dos utilizadores que não estejam em posição de

exigir a uma entidade que prepare relatórios à medida das suas necessidades particulares de informação.

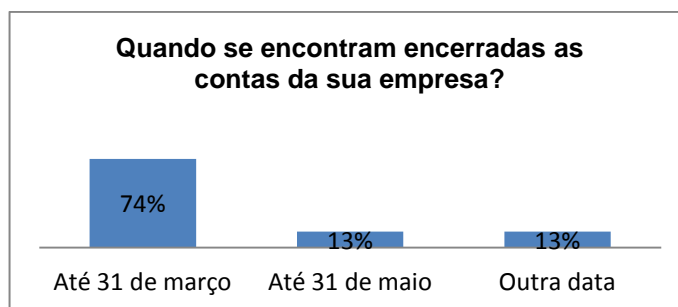
Pode concluir-se que os dois normativos, IAS 1 (normativo internacional) e SNC (normativo nacional) são apologistas que as demonstrações financeiras devam ser úteis para recolha de informação financeira para a maior parte dos seus utilizadores, influenciando na tomada de decisões.

Na EC do SNC (§39 a §42), consta que os utilizadores têm que ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo, de modo a identificar as tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Devem saber analisar e comparar as demonstrações financeiras das diferentes entidades, a fim de avaliar a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira. A mensuração e exposição de efeitos financeiros de transações e outros acontecimentos semelhantes devem ser levados a efeito de forma consistente para diferentes entidades. Existe necessidade de comparabilidade da informação financeira, para que os utilizadores tomem melhores decisões no seio empresarial.

De acordo com a IAS 1 (§7), as demonstrações financeiras devem apresentar informação, incluindo políticas contabilísticas, de forma a proporcionar informação relevante, fiável, comparável e compreensível. Para reforçar a ideia anterior, este normativo refere ainda, no parágrafo 24º, que um item de informação entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras quando não apresentar fidedignamente as transações, outros acontecimentos e condições que deem a entender que representam ou possa esperar-se que representem, e conseqüentemente, seriam prováveis que influenciariam as decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Em síntese aos resultados obtidos no gráfico anterior, verifica-se que a Administração Fiscal e o Estado¹ são os principais destinatários da informação para as empresas em estudo.

Gráfico 8 – As datas de encerramento das contas das empresas



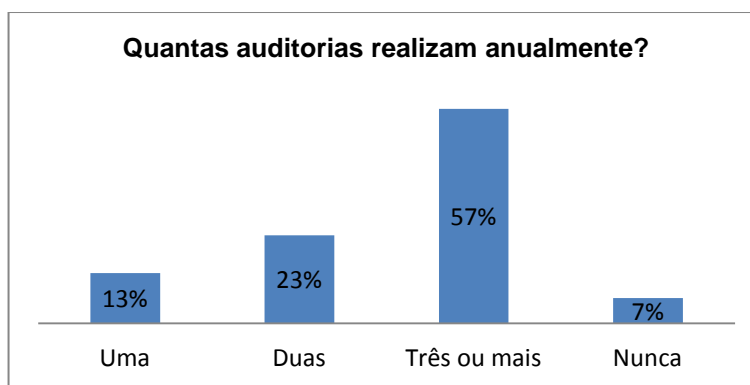
¹ Considera-se Administração Fiscal a entidade responsável no qual as empresas têm o compromisso de pagar impostos, enquanto o Estado se refere a outras obrigações legais e fiscais.

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 8, averiguam-se que as contas das empresas inquiridas encontram-se encerradas, maioritariamente, a 31 de março do ano seguinte (74% da amostra). Ainda, 13% das empresas encerram as suas contas até 31 de maio do ano seguinte. Por fim, 13% das empresas encerram as suas contas em outras datas.

Atendendo aos interesses de cada utilizador, as demonstrações financeiras preparadas devem proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas que devem responder às necessidades da maior parte dos utilizadores (EC do SNC, §1).

Gráfico 9 – Auditorias anuais realizadas



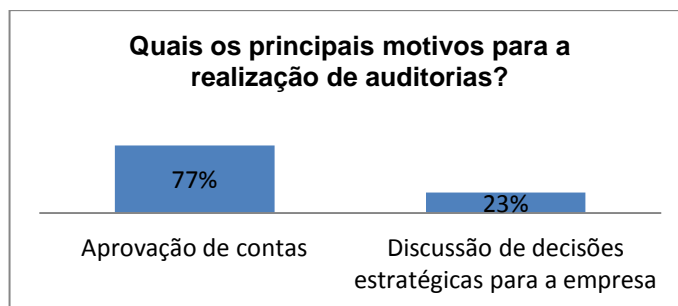
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 9, verifica-se que existe uma grande preocupação por parte das empresas inquiridas, onde 57% responde que fazem três ou mais auditorias anuais. Apenas 13% das empresas inquiridas admite que apenas fazem uma auditoria anual, enquanto 23% responde que fazem duas auditorias anuais. Por fim, 7% admite nunca realizar uma única auditoria.

No que respeita à auditoria, o auditor deve fazer a verificação e conformidade da informação prestada com o código de conduta, ou outros requisitos derivados de entidades competentes, os auditores deverão assegurar que existe uma indicação clara da informação auditada e não auditada. Os auditores deverão ainda fazer o acompanhamento contínuo dos *sites* dos seus clientes, de modo a recolher informação relevante (Silva & Alves, 2001).

Teixeira (2009) salienta que a auditoria interna controla os sistemas de gestão implementados pela gestão e o seu cumprimento, sendo uma mais-valia, pois permite ao auditor reconhecer oportunidades, reforçar os sistemas e os seus procedimentos, melhorar os métodos utilizados de forma a atingir a máxima eficácia em todos os departamentos que integram a empresa.

Gráfico 10 – Os principais motivos para a realização de auditorias



Fonte: Elaboração própria

Os motivos para realização de auditorias internas partem pela aprovação de contas que totalizam 77% da amostra e discussão de decisões estratégicas para a empresa com 23% (Gráfico 10).

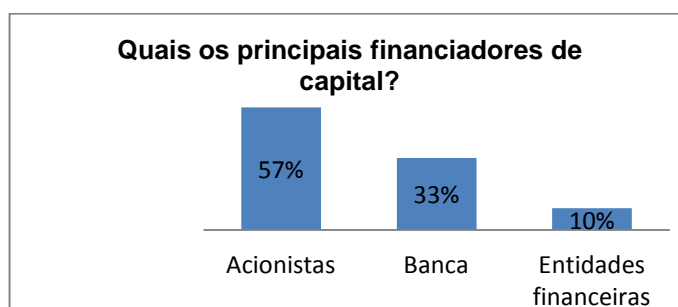
Gráfico 11 – A influência das auditorias na tomada de decisões estratégicas



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 11, averigua-se que a realização de auditorias influencia na tomada de decisões estratégicas, onde consideram uma prática regular (87%) e prática frequente (13%). Considerando que a prática regular acontece com alguma frequência, enquanto a prática frequente acontece com bastante frequência.

Gráfico 12 – Os principais financiadores

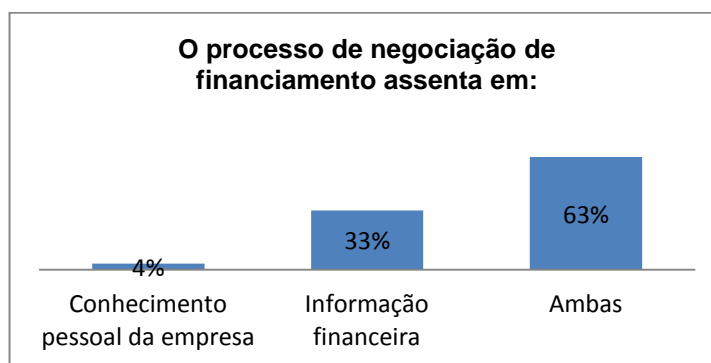


Fonte: Elaboração própria

Seguidamente é fundamental perceber quem são as entidades que financiam as empresas, isto é, quais são as suas fontes de financiamento. Pode averiguar-se que os principais financiadores das empresas inquiridas são os acionistas (capital próprio), que correspondem a 57% da amostra, de seguida a banca com 33% da amostra. Por fim, outras entidades financeiras com 10%. Conclui-se que, maioritariamente, as empresas financiam-se através de capitais próprios, não recorrendo a capitais alheios (Gráfico 12).

Segundo Vieira & Novo (2010), as empresas de menor dimensão estão limitadas de acederem aos mercados de capitais, provocando alguma preocupação aos utilizadores da sua informação, que por vezes, ficam limitados no que respeita à sua divulgação de informação. As empresas devem tentar ajudar a tranquilizar os seus credores, nomeadamente à recuperação dos seus créditos.

Gráfico 13 – O processo de negociação de financiamento



Fonte: Elaboração própria

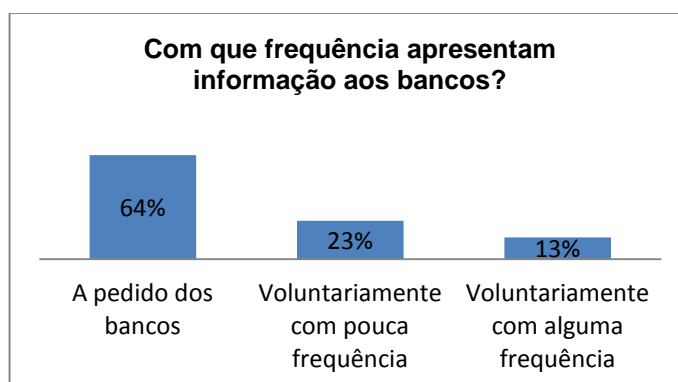
No gráfico 13, verifica-se que o processo de negociação de financiamento assenta essencialmente em informação financeira e conhecimento pessoal da empresa que corresponde a 63% da amostra. Ainda 33% da amostra considera apenas a informação financeira na tomada de decisão no processo de negociação de financiamento. Por fim, apenas 4% se foca no conhecimento pessoal da empresa.

No desempenho das suas tarefas, os gestores têm que tomar decisões, para isso, procuram sistemas de informação que estejam desenhados para as suas necessidades e que sejam suficientemente flexíveis para, num ambiente em constante mutação, lhe permitirem tomar decisões fundamentadas (Alves & Ussman, 2006).

Oliveira (1989) refere que a informação contabilística constitui um auxiliar precioso na análise de investimentos. Segundo Holmes e Nicholls (1988), existe uma divergência significativa entre a informação recomendada pelos contabilistas e a utilizada pelos empresários/ gestores na avaliação de investimento.

Nunes & Serrasqueiro (2004:89) também defende esta posição, ao afirmar que “os contabilistas das pequenas empresas consideram como aspetos mais importantes: o plano empresarial e a elaboração de orçamentos, a contabilidade de gestão, a assessoria a nível das decisões de investimento e financiamento e possíveis implicações dos impostos. Por outro lado, um número significativo de empresários/gestores consideram como informações mais significativas, na análise de investimentos, a pesquisa de mercado e as demonstrações financeiras”.

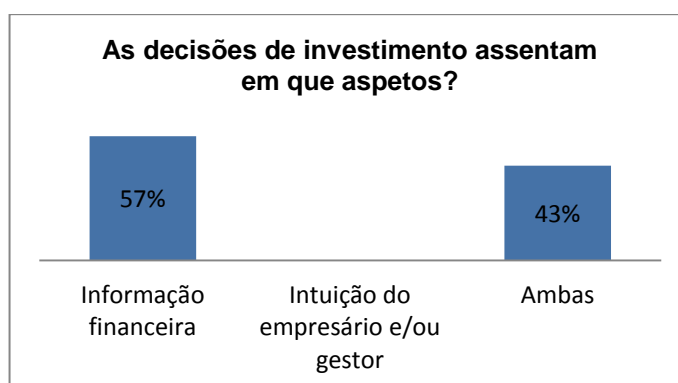
Gráfico 14 – Apresentação de informação aos bancos



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 14, as empresas apresentam informação aos bancos a pedido dos mesmos (64%), seguindo 23% que corresponde a entrega de informação a bancos voluntariamente com pouca frequência. Por fim, apenas 13% corresponde a entrega de informação a bancos com alguma frequência.

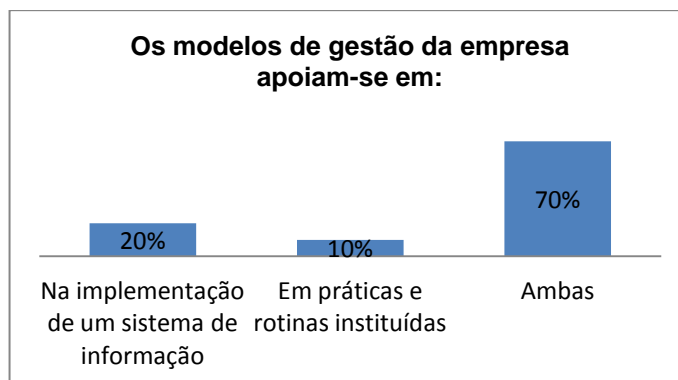
Gráfico 15 – Aspetos a ter em consideração na decisão de investimento



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 15, os resultados mostram que 57% das decisões de investimento assentam em informação financeira e que em 43% das empresas da amostra é usada a informação financeira e a intuição do gestor. É descartada a ideia que se devem apenas focar na intuição do gestor.

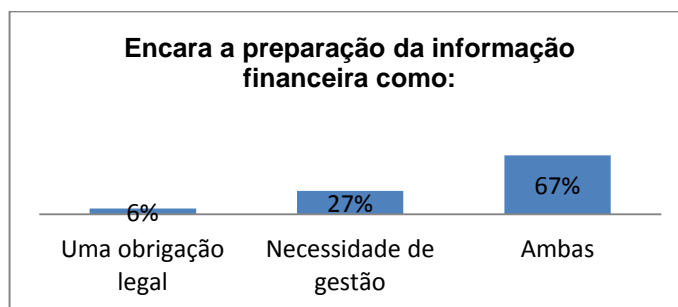
Gráfico 16 – Os modelos de gestão das empresas em estudo



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 16, verifica-se que as empresas apoiam-se ainda em modelos de gestão, tais como, implementação de um sistema de informação (20%) e em práticas e rotinas instituídas (10%). Maioritariamente as empresas inquiridas apoiam-se em ambos os modelos no total de 70% da amostra.

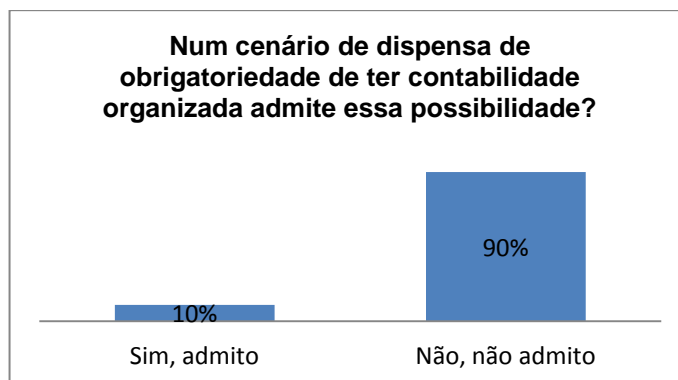
Gráfico 17 – Preparação da informação financeira das empresas em estudo



Fonte: Elaboração própria

É fulcral, perceber ainda se as empresas consideram que a contabilidade organizada é fundamental para um bom funcionamento da própria empresa, e se lhes traz vantagens a nível de tomada de decisões. Através das empresas inquiridas percebe-se que 67% encara a preparação da informação financeira como uma obrigação legal e uma necessidade de gestão. Somente 27% admite que a preparação da informação financeira é uma necessidade de gestão. Por fim, 6% considera-a como uma obrigação fiscal (Gráfico 17).

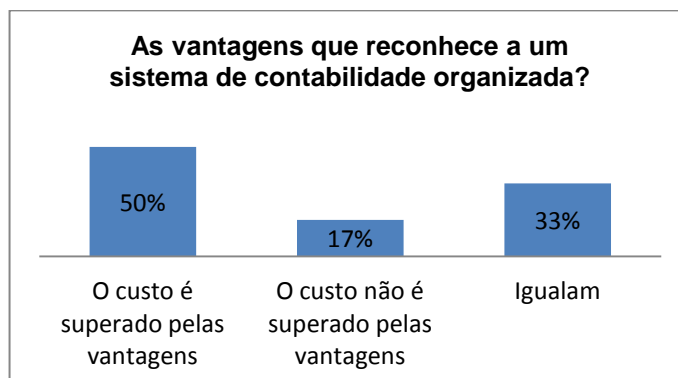
Gráfico 18 – Dispensa de contabilidade organizada



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 18, num cenário de dispensa de obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, apenas 10% da amostra admite essa possibilidade. Os restantes 90% não admitem essa possibilidade.

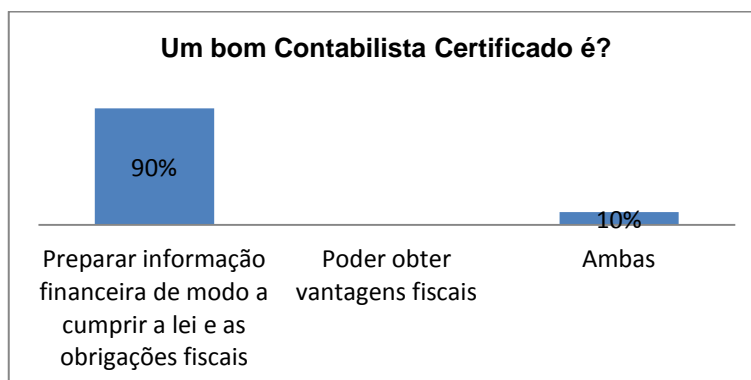
Gráfico 19 – As vantagens reconhecidas ao utilizar um sistema de contabilidade organizada



Fonte: Elaboração própria

Ao ter contabilidade organizada, 50% da amostra admite ter vantagens superiores ao custo, enquanto 17% diz não ter vantagens superiores ao custo da mesma. Por fim, 33% admite que os custos igualam às vantagens apresentadas pela contabilidade organizada (Gráfico 19).

Gráfico 20 – Qual a funcionalidade de um Contabilista Certificado



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 20, é visível que um bom profissional de contabilidade deve ser alguém capaz de preparar a informação, de modo a cumprir com as burocracias legais e com obrigações fiscais. Para as empresas em estudo, um bom contabilista certificado é poder ter vantagens fiscais e preparar a informação, de modo a cumprir com a lei e as obrigações fiscais (10% da amostra). Maioritariamente admite que um bom contabilista certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir as obrigações fiscais e estar em conformidade com a lei (90% da amostra).

Na última parte do questionário são colocadas algumas questões que abordam os elementos de observação relacionados com a amostra, nomeadamente, desenvolvido para dar ênfase aos resultados, e de que modo o objetivo que preside à preparação e apresentação da informação financeira condiciona o seu conteúdo e apresentação (Tabela 4).

Q24 – Qual o normativo utilizado pela empresa?

Q25 - O cálculo da depreciação dos ativos fixos tem por base a legislação fiscal ou critérios de base económica?

Q26 - As revalorizações dos ativos fixos são feitas?

Q27 - Reconhecimento de imparidades?

Q28 - O reconhecimento de provisões para obrigações futuras?

Q29 – Em caso de utilizar o IAS/IFRS ou o SNC acha que o normativo que utiliza produziu uma revolução profunda na organização contabilística das empresas?

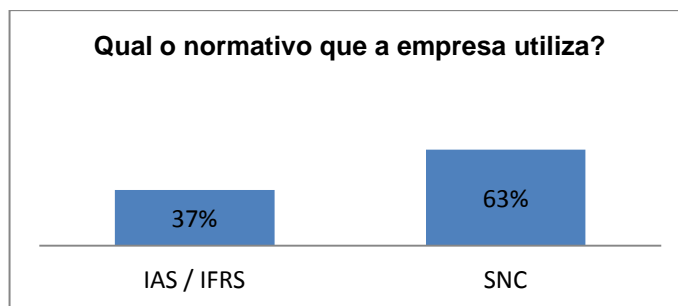
Q30- Em caso de utilizar o IAS/IFRS ou o SNC acha que o normativo que utiliza oferece uma resposta mais adequada às necessidades de informação das empresas?

Q31 - A informação a produzir com base no IAS/IFRS ou no SNC apresenta:

Q32 - O IAS/IFRS ou o SNC veio aumentar as exigências de qualificação e formação dos profissionais?

Tabela 4 – Elementos de observação relacionados com a amostra

Gráfico 21 – O normativo que a empresa utiliza

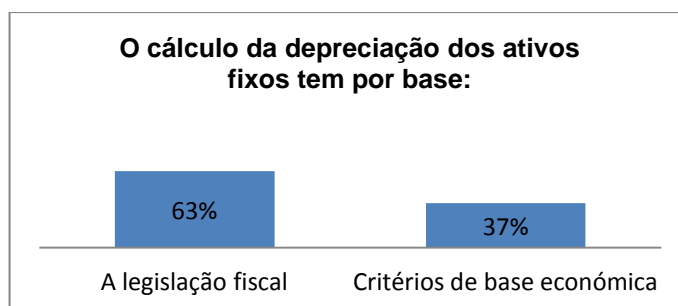


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 21, verifica-se que 63% da amostra utiliza o normativo nacional SNC, enquanto 37% da amostra utiliza o normativo internacional IAS 1.

É importante compreender a influência que é exercida pela fiscalidade dentro das organizações, e perceber o risco inerente quanto à aplicação dos princípios e procedimentos contabilísticos na elaboração das demonstrações financeiras.

Gráfico 22 – O cálculo da depreciação dos ativos fixos

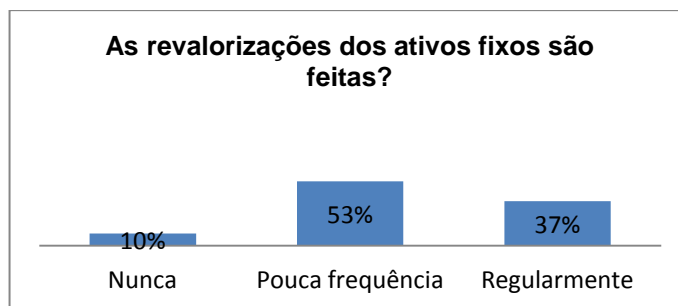


Fonte: Elaboração própria

Deste modo, 63% da amostra admite ter por base a legislação fiscal, quando se trata do cálculo de depreciações. Apenas 37% da amostra respondeu que têm por base critérios com base económica no cálculo das mesmas (Gráfico 22).

Todos os ativos fixos têm uma vida útil, onde é determinado um período de tempo durante o qual se espera que possa ser utilizado em boas condições de funcionamento, correspondendo à sua vida física. Ainda, acresce a situação do facto de as evoluções tecnológicas e a obsolescência provocarem uma perda de valor no ativo fixo, contribuindo deste modo, para a determinação da sua vida económica que, em geral é inferior à sua vida física (Rosa, 2013). Por estes motivos, em muitos casos a vida útil considerada para efeitos fiscais encontra-se desfasada da vida útil económica.

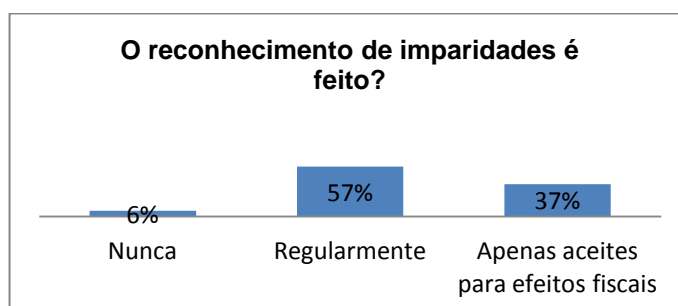
Gráfico 23 – Revalorização dos ativos fixos



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 23, averiguam-se que as revalorizações dos seus ativos fixos tangíveis são feitas com pouca frequência (53% da amostra), já 37% das empresas da amostra admite que faz com alguma frequência essa revalorização. Por fim, 10% respondeu que nunca fizeram. De acordo com o normativo NCRF 7 e IAS 16 (AFT), as empresas podem fazer a revalorização dos AFT. Caso não façam a revalorização, podem sempre utilizar o método do custo através da depreciação dos AFT.

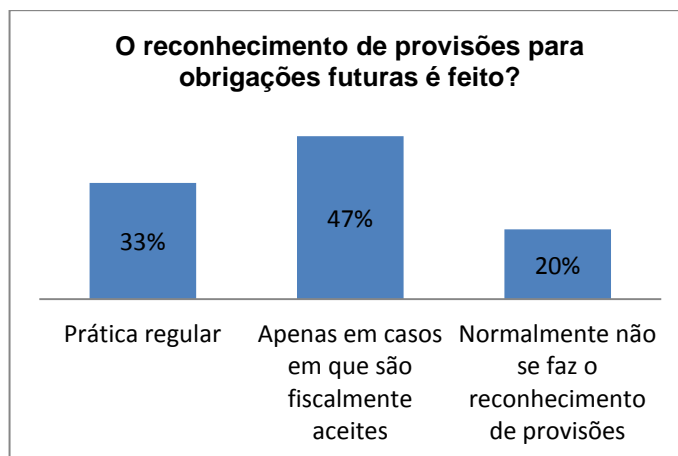
Gráfico 24 – O reconhecimento de perdas por imparidade



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 24, o reconhecimento de imparidades acontece com alguma regularidade (57% da amostra), enquanto apenas em casos em que são aceites para efeitos fiscais representam 37% da amostra. As empresas que se limitam-se a não fazer esse reconhecimento correspondem a 6% da amostra. Está em imparidade um ativo que estiver escriturado por uma quantia superior à quantia recuperável através do uso ou da venda (NCRF 12). Estes resultados mostram o risco de os ativos de uma parte significativa das empresas da amostra poderem estar sobrevalorizados, por não fazerem o reconhecimento da perda por imparidade. Caso a empresa utilize um normativo internacional (IAS/IFRS), deve basear-se na IAS 32 (Imparidade de Ativos).

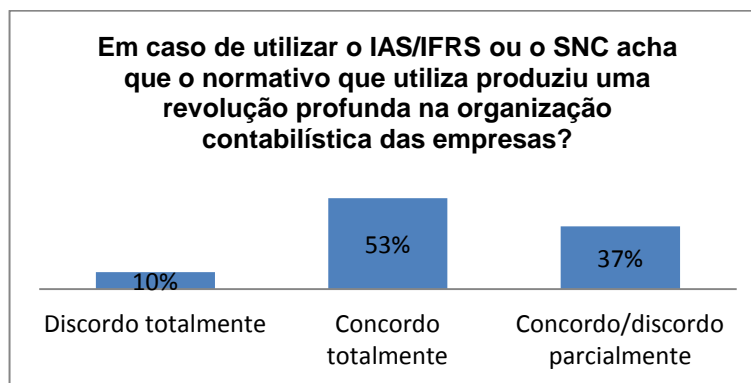
Gráfico 25 – O reconhecimento de provisões



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 25, o reconhecimento de provisões para obrigações futuras é feito maioritariamente, em casos onde são fiscalmente aceite (47% da amostra), enquanto prática regular representam 33% da amostra. Apenas em 20% da amostra, normalmente não se faz o reconhecimento de provisões. Apesar das provisões não serem garantidas, deve-se fazer o seu reconhecimento (NCRF 21). No caso das empresas que utilizam IAS/IFRS, nesta matéria devem basear-se no IAS 37 (Provisões, passivos e ativos contingentes).

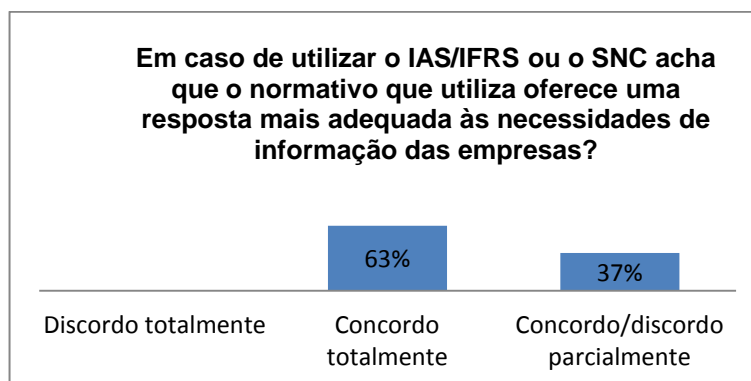
Gráfico 26 – Revolução produzida pelo normativo utilizado na organização contabilística das empresas



Fonte: Elaboração própria

Em caso de utilizar o IAS/IFRS ou SNC, 53% da amostra admite que o normativo que utiliza produziu uma revolução profunda na organização contabilística da mesma, enquanto 37% refere que não concorda de todo com a questão, portanto não defende o facto de o normativo utilizado pela empresa ser o mais adequado para a organização contabilística. Por fim, 10% da amostra discorda totalmente com a revolução produzida na organização contabilística causada pelo normativo utilizado.

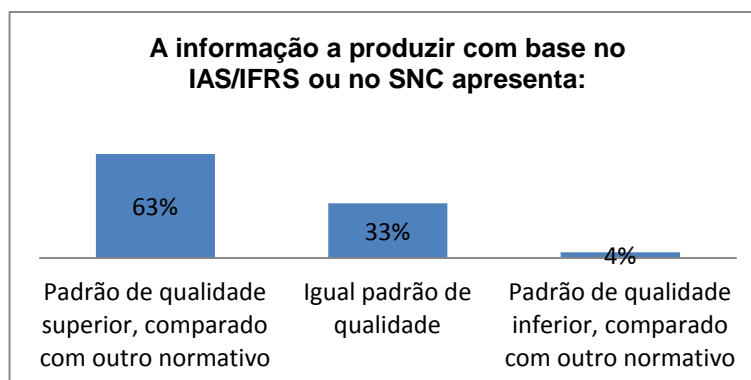
Gráfico 27 - O normativo utilizado oferece uma resposta adequada às necessidades de informação das empresas



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 27, averigua-se que 63% das empresas da amostra considera o normativo que utilizam o mais adequado, dando resposta às necessidades de informação da empresa, enquanto 37% concorda em parte com a questão, isto é, não acham que ofereça uma resposta mais adequada às necessidades de informação da mesma.

Gráfico 28 – A informação produzida pelo normativo utilizado



Fonte: Elaboração própria

A informação a produzir com base no normativo utilizado pela empresa (IAS/IFRS ou SNC) apresentam padrão de qualidade superior, comparado com outro normativo (63% da amostra), e 33% da amostra menciona que igualam ao padrão de qualidade. Por fim, apenas 4% refere que apresentam padrão de qualidade inferior, comparado com outro normativo (Gráfico 28).

Gráfico 29 – O normativo utilizado aumentou as exigências de qualificação e formação dos profissionais



Fonte: Elaboração própria

O normativo utilizado pela empresa veio aumentar as exigências de qualificação e de formação dos profissionais, de acordo com 77% da amostra. É contrapartida apenas 23% frisa que não concorda de todo com a questão (Gráfico 29).

Em síntese, os resultados mostram que as empresas maioritariamente divulgam informação financeira para fins que sejam de cumprimento legal e obrigação fiscal. Caso contrário, preferem omitir essa informação financeira para com o exterior, condicionando os utilizadores externos dessa informação financeira, tais como, credores, clientes, entre outros.

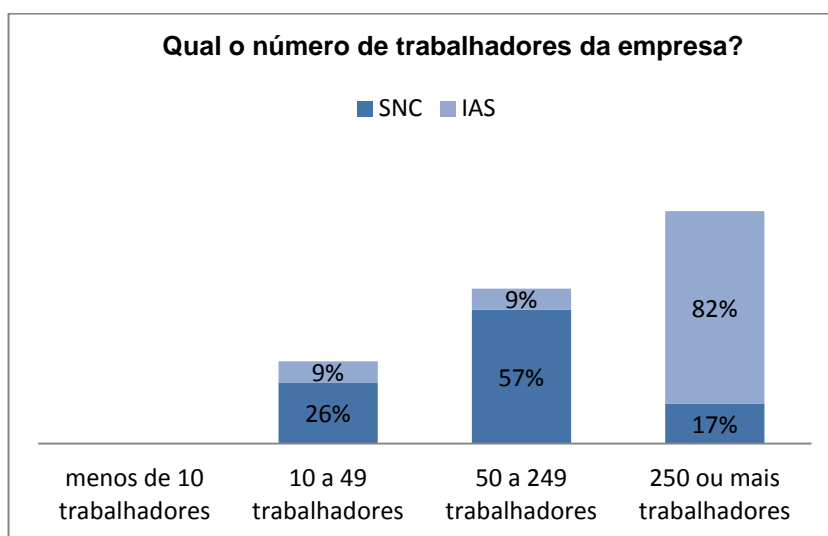
Muitas das vezes, divulgam apenas a informação financeira necessária a cumprir as suas obrigações legais, fiscais e comerciais para com o Estado, Instituições Financeiras, entre outros. Pode influenciar ainda no comportamento da sua envolvente, isto é, os seus credores poderão ficar pouco confiantes no que respeita à recuperação dos seus créditos, as entidades financiadoras podem não ter garantias suficientes por parte das empresas, deste modo ficando condicionadas a pedir financiamento ou mesmo impedidas de fazê-lo.

4.2. Resultados comparativos entre empresas que aplicam o normativo IAS/IFRS e as que aplicam o SNC

Neste ponto são apresentados os resultados das empresas que aplicam o normativo IAS/IFRS e os resultados das empresas que aplicam o SNC, deste modo comparam-se os resultados entre ambas.

No gráfico 30, pode verificar-se qual a percentagem de trabalhadores existentes em cada uma das dimensões.

Gráfico 30 – Dimensão da empresa

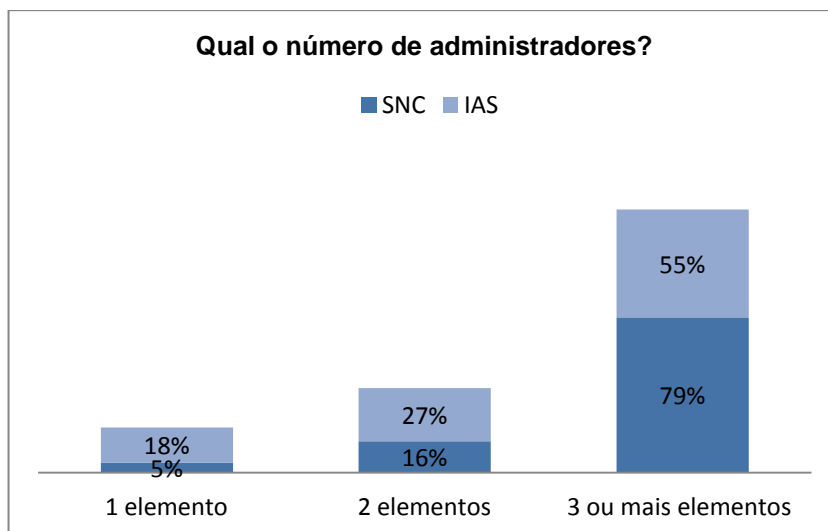


Fonte: Elaboração própria

Verifica-se no gráfico 30, relativamente aos utilizadores do SNC, que prevalece as médias empresas com 57% da amostra. Seguindo com as pequenas empresas com 26% da amostra. Para terminar, as grandes empresas correspondem a 17% da amostra.

Relativamente aos utilizadores da IAS, prevalecem as grandes empresas com 82% da amostra. Seguindo com as pequenas empresas com 9% da amostra. Para terminar, as médias empresas correspondem a 9% da amostra.

Gráfico 31 – Número de administradores ou acionistas

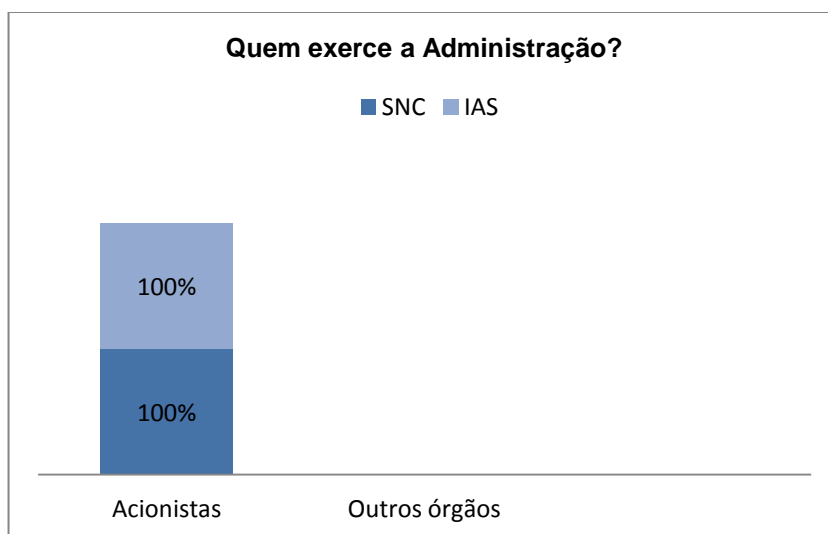


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 31, quanto aos utilizadores do SNC pode verificar-se que apenas 5% da amostra admite que a sua administração é constituída por um elemento. Também verifica-se que 16% da amostra corresponde a uma administração constituída por dois elementos. Prevalece assim, 79% da amostra que corresponde a três ou mais elementos.

Quanto aos utilizadores da IAS pode verificar-se que apenas 18% da amostra admite que a sua administração é constituída por um elemento. Também verifica-se que 27% da amostra corresponde a uma administração constituída por dois elementos. Prevalece assim, 55% da amostra que corresponde a três ou mais elementos.

Gráfico 32 – Elementos que exercem a Administração

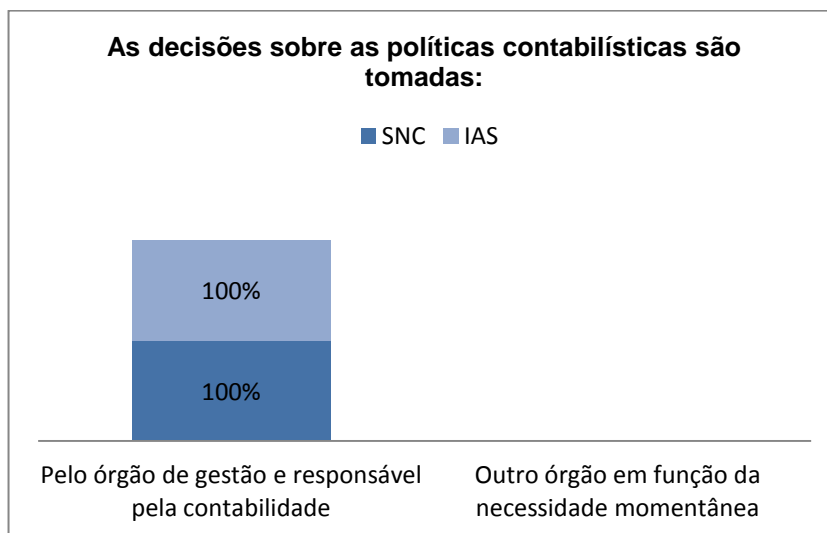


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 32, relativamente aos utilizadores do SNC verifica-se que a Administração das empresas em estudo são constituídas por acionistas, ou seja, neste caso os outros órgãos não integram a mesma (100% da amostra).

Comparativamente, os utilizadores da IAS também admitem que a Administração das empresas em estudo são constituídas por acionistas (100% da amostra).

Gráfico 33 – Decisões sobre as políticas contabilísticas das empresas

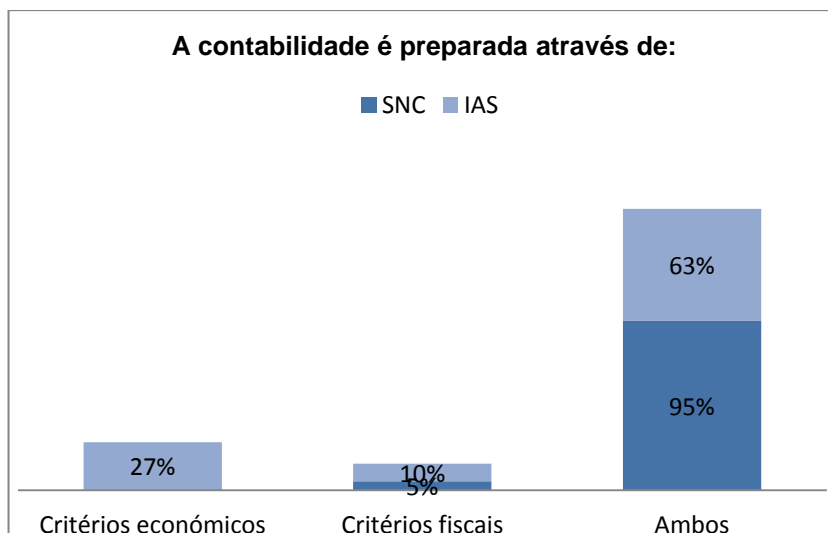


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 33, relativamente aos utilizadores do SNC, é visível que as decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas pelo órgão de gestão e responsável pela contabilidade, correspondendo assim a 100% da amostra, sem haver interferência de outros órgãos na decisão da mesma.

Comparativamente, os utilizadores da IAS também admitem que as decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas pelo órgão de gestão e responsável pela contabilidade, correspondendo assim a 100% da amostra.

Gráfico 34 – A contabilidade é preparada através de que critérios

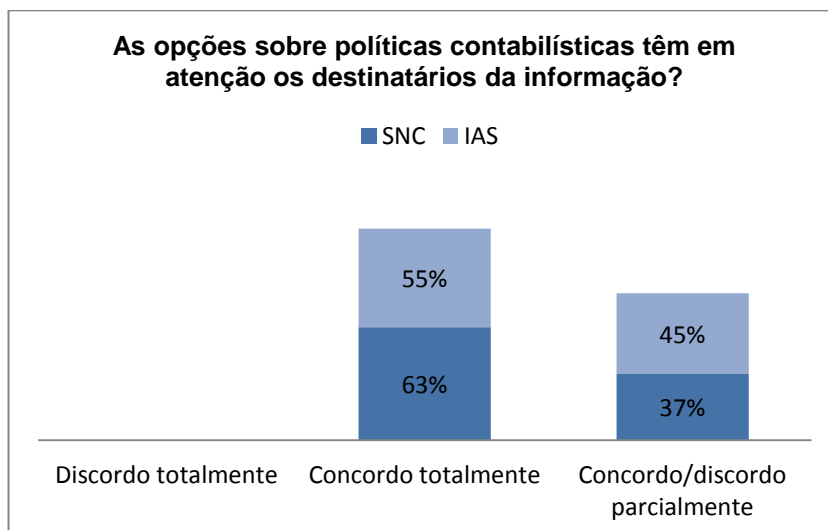


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 34, relativamente aos utilizadores do SNC pode verificar-se que a contabilidade é preparada através de critérios fiscais e critérios económicos, que representa 95% da amostra. Apenas 5% da amostra admite que se baseia somente em critérios fiscais.

Quanto aos utilizadores da IAS, pode verificar-se que a contabilidade é preparada através de critérios fiscais e critérios económicos, que representa 63% da amostra. Ainda 27% da amostra admite que se baseia somente em critérios económicos. Por fim, 10% da amostra corresponde a critérios fiscais.

Gráfico 35 – Políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação

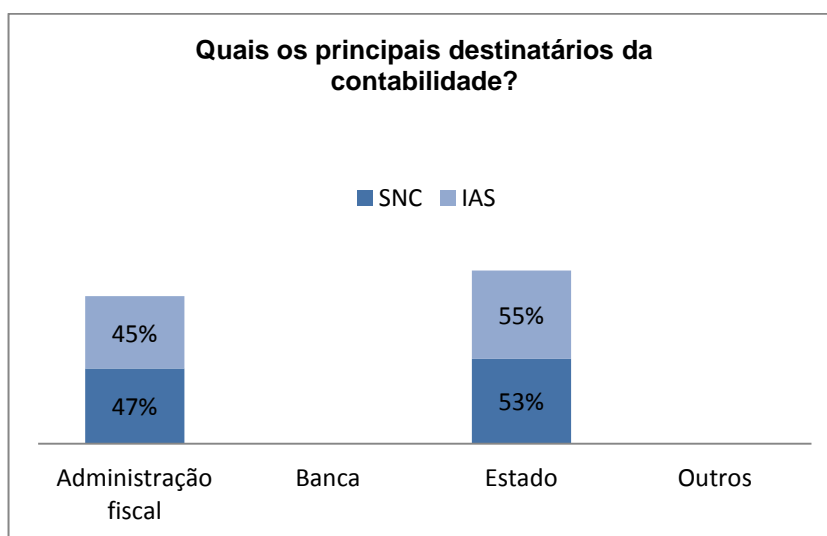


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 35, quanto aos utilizadores do SNC pode verificar-se que as opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação, onde 63% da amostra concorda totalmente com a questão, isto é, afirmam que as políticas contabilísticas têm em atenção os seus destinatários, uma vez que vai ser utilizada por vários tipos de utilizadores. Cada utilizador precisa de um tipo diferente de informação contabilística. Ainda 37% da amostra concorda parcialmente, ou seja, não concordam que a informação esteja preparada de modo adequado para todo o tipo de utilizadores.

Comparativamente os utilizadores da IAS verificam-se que as opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação, onde 55% da amostra concorda totalmente com a questão, isto é, afirmam que as políticas contabilísticas têm em atenção os seus destinatários. Ainda 45% da amostra concorda parcialmente, ou seja, não concordam que a informação esteja preparada de modo adequado para todo o tipo de utilizadores.

Gráfico 36 – Principais destinatários da contabilidade

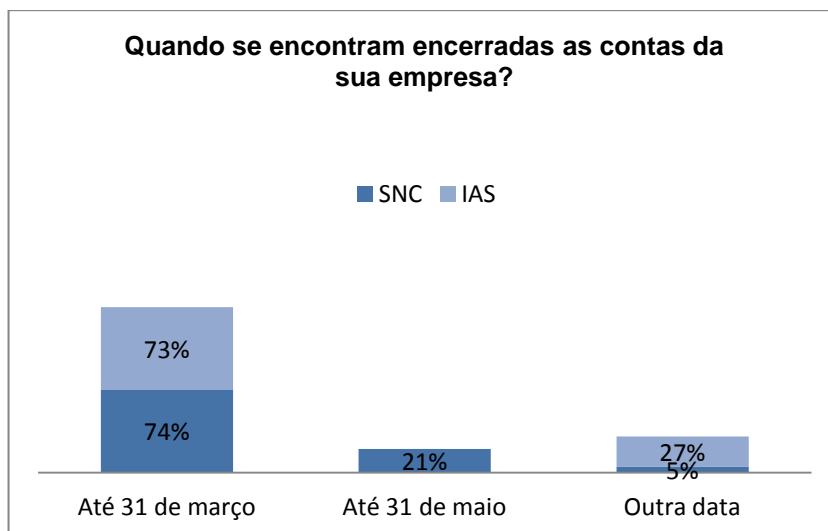


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 36 representa quem são os principais destinatários da contabilidade. Relativamente aos utilizadores do SNC verifica-se a prevalência do Estado que ocupa 53% da amostra, enquanto a Administração Fiscal representa 47% da amostra.

Quanto aos utilizadores da IAS, averigua-se também a prevalência do Estado que ocupa 55% da amostra, enquanto a Administração Fiscal representa 45% da amostra.

Gráfico 37 – Datas de encerramento das contas das empresas

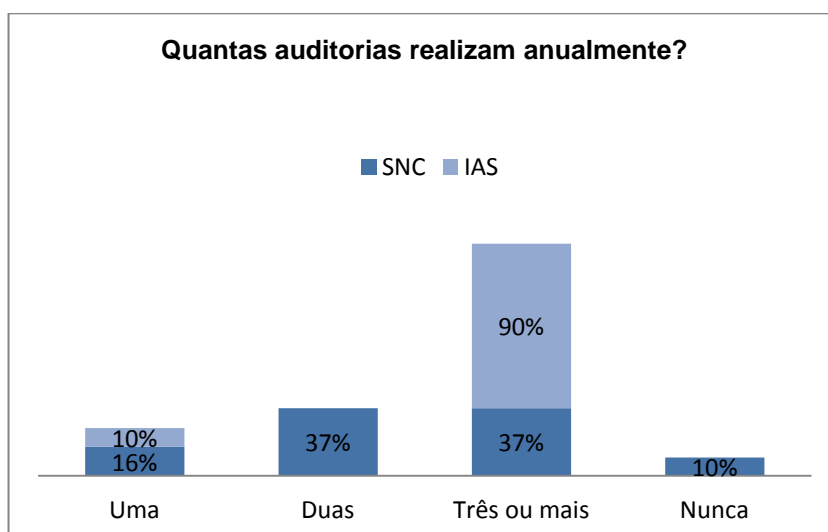


Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 37, quanto aos utilizadores do SNC, é visível que 74% da amostra encerra as suas contas até dia 31 de março do ano seguinte, enquanto 21% da amostra encerra as suas contas até 31 de maio do ano seguinte. Com uma amostra reduzida, representam as empresas que encerram as suas contas noutras datas (5% da amostra).

Comparativamente aos utilizadores da IAS, 73% da amostra encerra as suas contas até dia 31 de março do ano seguinte, enquanto 27% da amostra encerra as suas contas numa outra data.

Gráfico 38 – Auditorias anuais realizadas



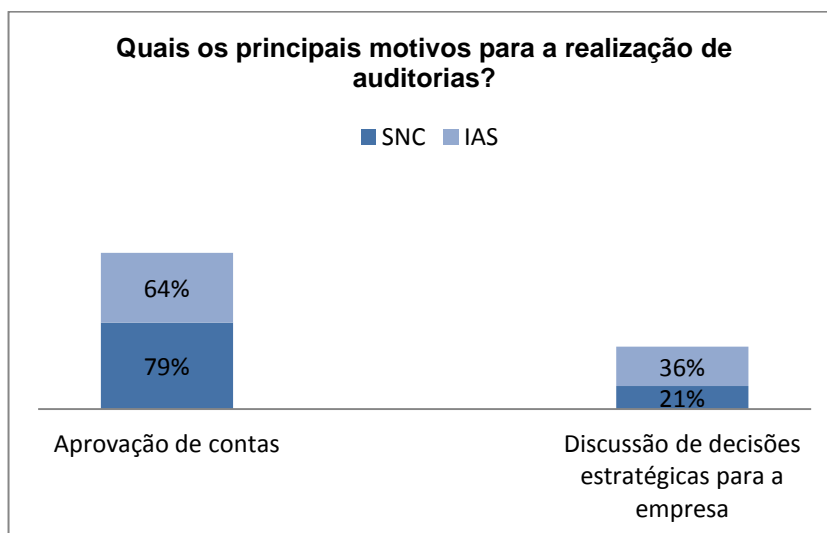
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 38, verifica-se que as empresas realizam auditorias internas com alguma frequência, prevalecendo três ou mais auditorias anuais com 37% da amostra. Com a mesma

percentagem, seguem-se as empresas que realizam duas auditorias por ano (37% da amostra). As empresas que apenas realizam uma auditoria anual representam 16% da amostra. Por fim, as empresas que nunca realizam uma única auditoria representam 10% da amostra.

Relativamente aos utilizadores da IAS, verifica-se que as empresas realizam auditorias internas com alguma frequência, prevalecendo três ou mais auditorias anuais com 90% da amostra. As empresas que apenas realizam uma auditoria anual representam 10% da amostra.

Gráfico 39 – Principais motivos para a realização de auditorias

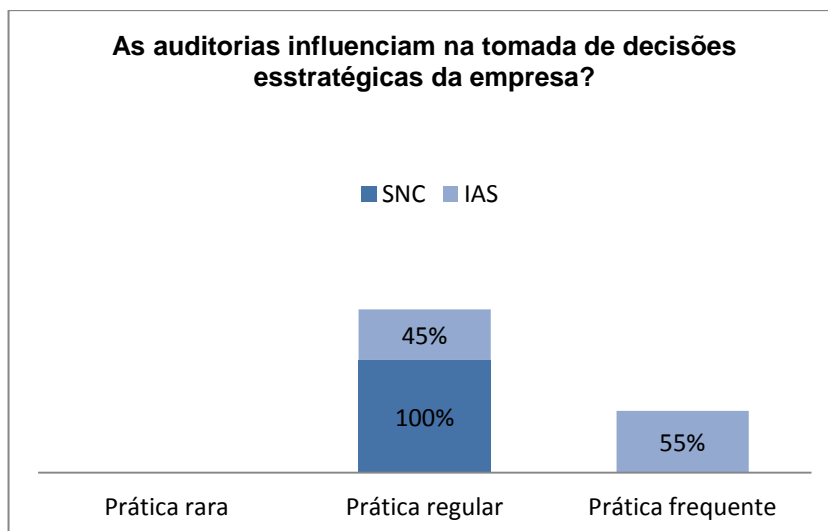


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 39 representa quais os principais motivos para a realização das auditorias internas, onde 79% da amostra diz respeito à aprovação de contas e 21% da amostra a discussões de decisões estratégicas para ajudar na tomada de decisão da empresa.

Comparativamente aos utilizadores da IAS, 64% da amostra diz respeito à aprovação de contas e 36% da amostra corresponde a discussões de decisões estratégicas para ajudar na tomada de decisão da empresa.

Gráfico 40 – Influência das auditorias na tomada de decisões estratégicas

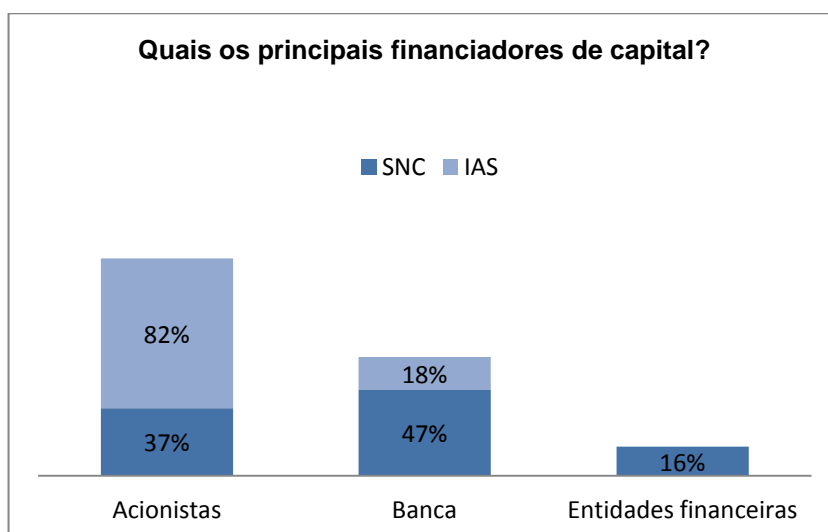


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 40, quanto aos utilizadores do SNC é possível verificar-se que a prática de realização de auditorias influencia na tomada de decisões estratégicas da empresa como uma prática regular (100% da amostra).

Relativamente aos utilizadores da IAS verifica-se que a prática frequente de realização de auditorias influencia na tomada de decisões estratégicas da empresa para 55% da amostra e para os restantes 45% consideram ser uma prática regular.

Gráfico 41 – Os principais financiadores

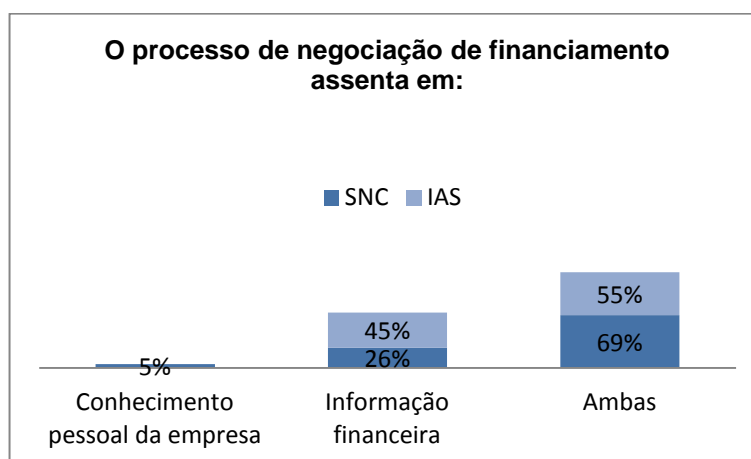


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 41, quanto aos utilizadores do SNC pode verificar-se que os principais financiadores das empresas em estudos são a banca que prevalece com 47% da amostra, de seguida os acionistas (capital próprio) que representam 37% da amostra. Em minoria, as entidades financeiras que representam 16% da amostra.

Comparativamente aos utilizadores da IAS pode verificar-se que os principais financiadores das empresas em estudo são os acionistas que prevalecem com 82% da amostra, de seguida a banca que representa 18% da amostra.

Gráfico 42 – Processo de negociação de financiamento

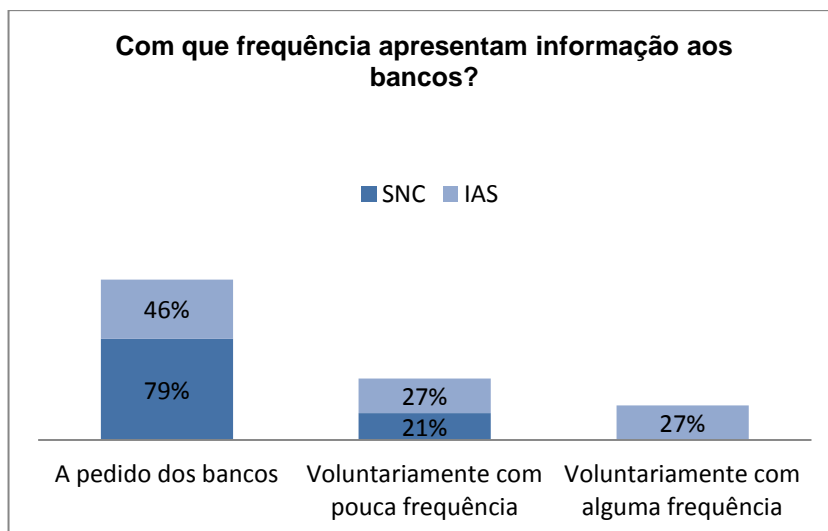


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 42, relativamente aos utilizadores do SNC permite verificar que o processo de negociação de financiamento assenta em informação financeira e em conhecimento pessoal da empresa, que corresponde a 69% da amostra. Enquanto 26% da amostra corresponde apenas a informação financeira. Minoritariamente encontra-se o conhecimento pessoal da empresa com 5% da amostra.

Comparativamente os utilizadores da IAS admitem que o processo de negociação de financiamento assenta em informação financeira e em conhecimento pessoal da empresa, que corresponde a 55% da amostra. Enquanto 45% da amostra corresponde apenas a informação financeira.

Gráfico 43 – Apresentação de informação aos bancos

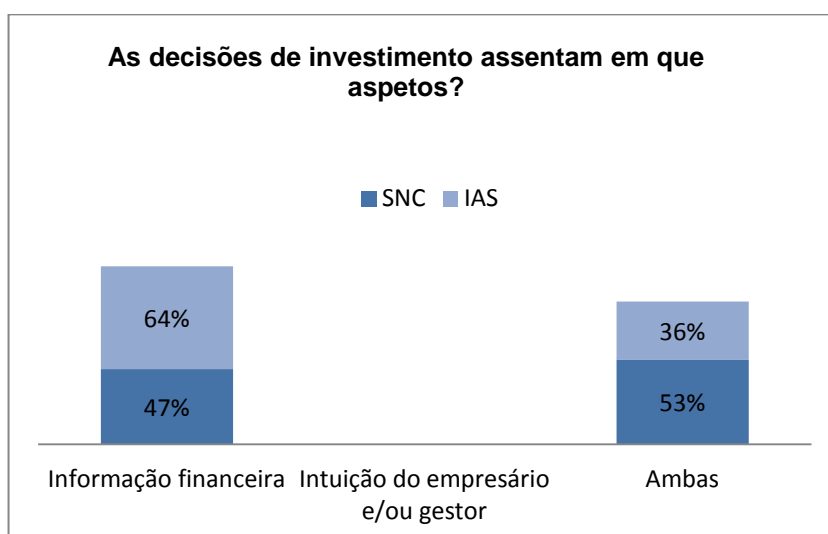


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 43, quanto aos utilizadores do SNC representa qual a frequência com que é costume as empresas apresentarem informação aos bancos, sendo que a pedido dos bancos corresponde a 79% da amostra, enquanto 21% da amostra corresponde a informação disponibilizada voluntariamente aos bancos com pouca frequência.

Relativamente aos utilizadores da IAS, é visível que 46% da amostra corresponde a pedido dos bancos, enquanto 27% da amostra corresponde a informação disponibilizada voluntariamente aos bancos com pouca frequência. De igual forma, 27% da amostra corresponde a informação disponibilizada voluntariamente com alguma frequência.

Gráfico 44 – Aspetos a ter em consideração na decisão de investimento

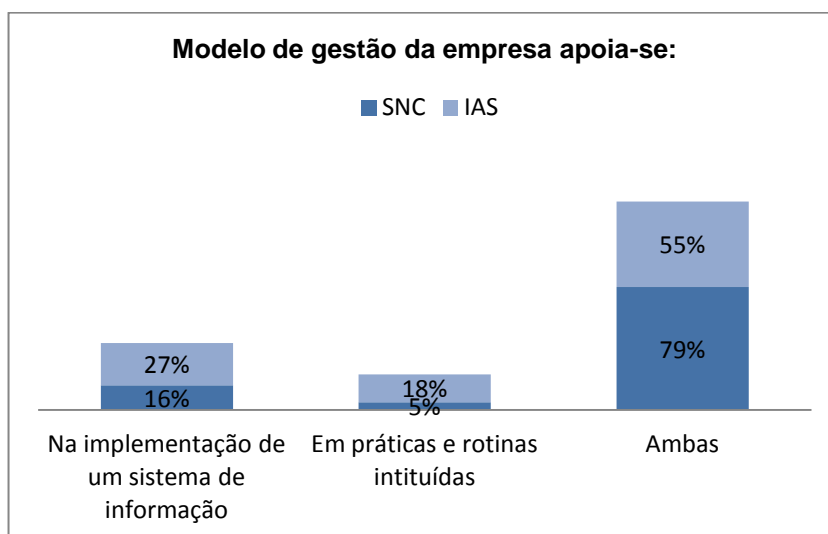


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 44, quanto aos utilizadores do SNC as decisões de investimento assentam em informação financeira e na intuição do empresário e/ou gestor correspondendo a 53% da amostra, enquanto as empresas que se focam somente em informação financeira correspondem a 47% da amostra.

Comparativamente aos utilizadores da IAS, as decisões de investimento assentam em informação financeira e na intuição do empresário e/ou gestor correspondendo a 36% da amostra, enquanto as empresas que se focam somente em informação financeira correspondem a 64% da amostra.

Gráfico 45 – Modelos de gestão das empresas em estudo

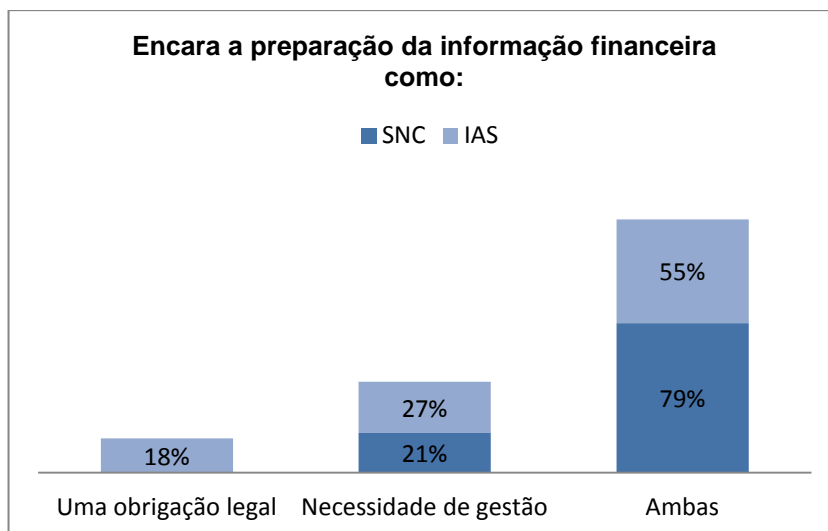


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 45, relativamente aos utilizadores do SNC pode verificar-se qual é o modelo de gestão que cada empresa utiliza. Sendo que 79% da amostra corresponde à implementação de um sistema de informação e em práticas e rotinas instituídas. Ainda 16% da amostra incide-se apenas na implementação de um sistema de informação. Por fim, 5% da amostra admite apenas se focar em práticas e rotinas instituídas.

Comparativamente aos utilizadores da IAS verifica-se que 55% da amostra corresponde à implementação de um sistema de informação e em práticas e rotinas instituídas. Ainda 27% da amostra incide apenas na implementação de um sistema de informação. Por fim, 18% da amostra admite apenas focar-se em práticas e rotinas instituídas.

Gráfico 46 – Preparação da informação financeira das empresas em estudo

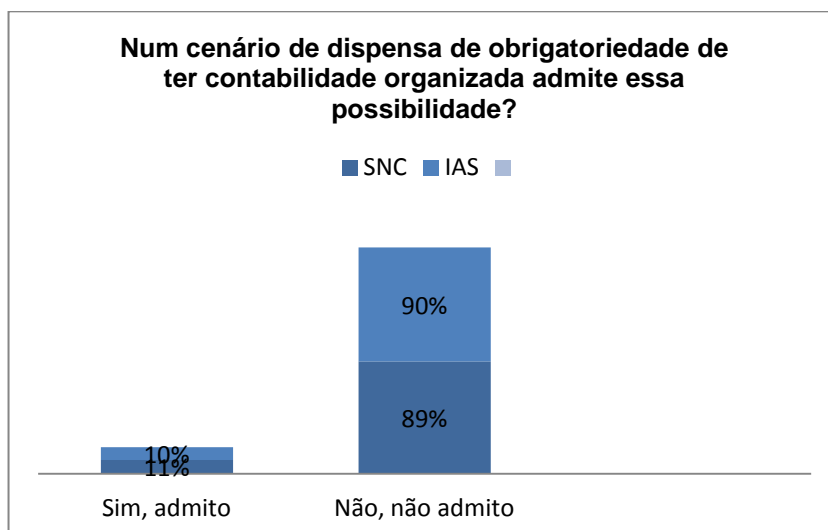


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 46, quanto aos utilizadores do SNC é visível a forma como as empresas encaram a preparação financeira. Assim 79% da amostra admite ser uma obrigação legal e uma necessidade de gestão, enquanto 21% da amostra corresponde à necessidade de gestão.

Comparativamente, os utilizadores da IAS admitem em 55% da amostra ser uma obrigação legal e uma necessidade de gestão, enquanto 27% da amostra corresponde à necessidade de gestão. Por fim, 18% da amostra admite ser uma obrigação legal.

Gráfico 47 – Dispensa de contabilidade organizada

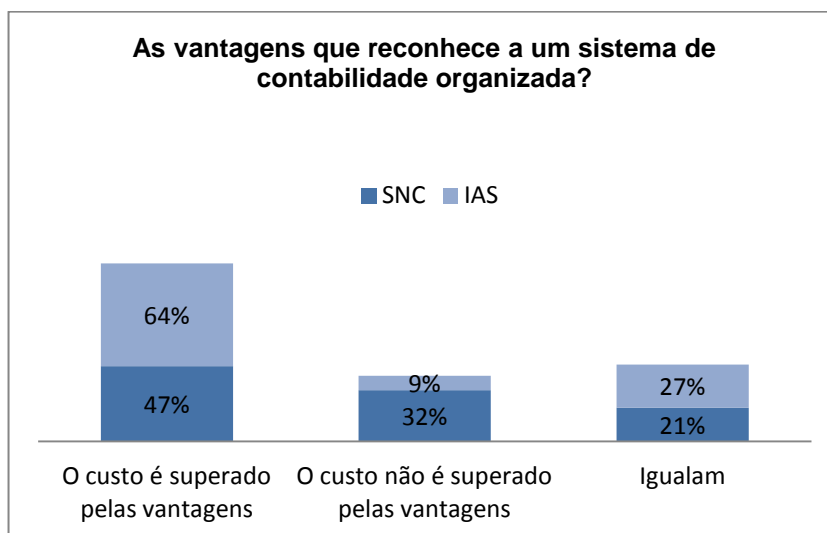


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 47, quanto aos utilizadores do SNC verifica-se que as empresas em grande maioria, não admitiam um cenário de dispensa de contabilidade organizada (89% da amostra). Em contrapartida, 11% da amostra admite um cenário de dispensa da mesma.

Relativamente aos utilizadores da IAS, verifica-se que as empresas em grande maioria, não admitiam um cenário de dispensa de contabilidade organizada (90% da amostra). Em contrapartida, 10% da amostra admite um cenário de dispensa da mesma.

Gráfico 48 – Vantagens reconhecidas ao utilizar sistema de contabilidade organizada

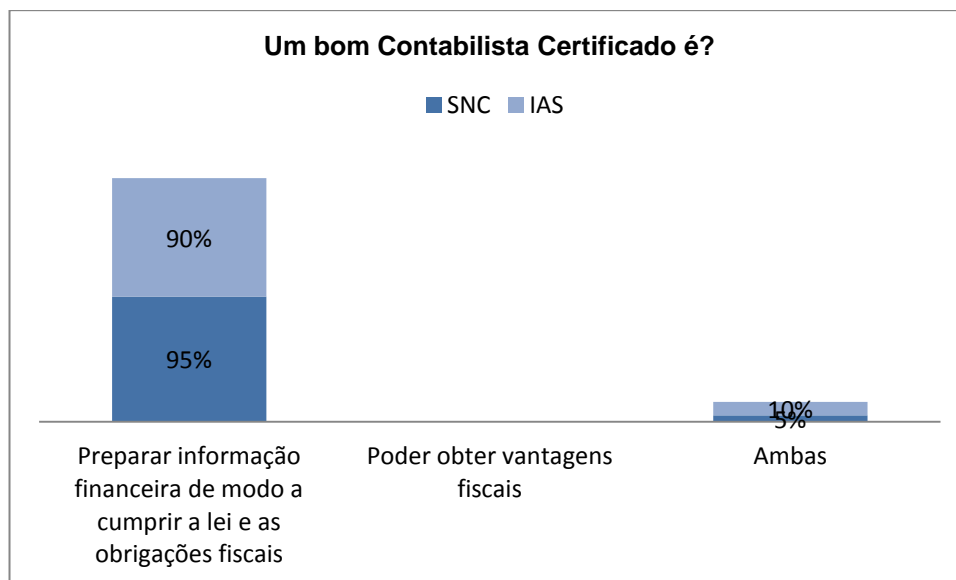


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 48, relativamente aos utilizadores do SNC, as empresas admitem que o custo é superado pelas vantagens (47% da amostra), enquanto 32% da amostra menciona que o custo não é superado pelas vantagens. Por fim, 21% da amostra refere que o custo iguala às vantagens da utilização da contabilidade organizada.

Comparativamente os utilizadores da IAS, as empresas admitem que o custo é superado pelas vantagens (64% da amostra), enquanto 9% da amostra menciona que o custo não é superado pelas vantagens. Por fim, 27% da amostra refere que o custo iguala às vantagens da utilização da contabilidade organizada.

Gráfico 49 – Qual a funcionalidade de um bom Contabilista Certificado

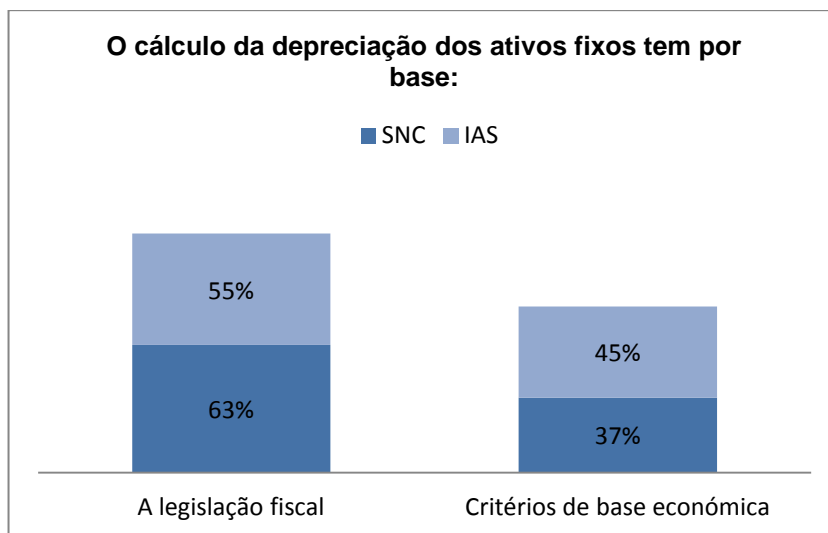


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 49, quanto aos utilizadores do SNC pode verificar-se que 95% da amostra admite que um bom Contabilista Certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir as obrigações fiscais e estar em conformidade com a lei. Em contrapartida, 5% da amostra admite que um bom Contabilista Certificado apenas serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir a lei e as obrigações fiscais e poder obter vantagens fiscais.

Comparativamente aos utilizadores da IAS verifica-se que 90% da amostra admite que um bom Contabilista Certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir as obrigações fiscais e estar em conformidade com a lei. Ainda, 10% da amostra admite que um bom Contabilista Certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir a lei e as obrigações fiscais e poder obter vantagens fiscais.

Gráfico 50 – O cálculo da depreciação dos ativos fixos

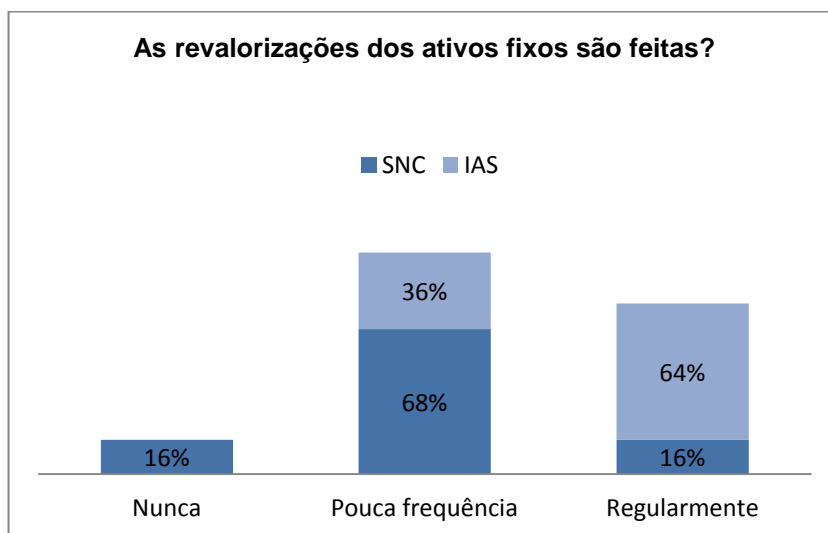


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 50, relativamente aos utilizadores do SNC, o cálculo da depreciação dos ativos fixos tem por base a legislação fiscal que corresponde a 63% da amostra, enquanto 37% da amostra admite utilizar critérios de base económica.

Comparativamente os utilizadores da IAS no cálculo da depreciação dos ativos fixos têm por base a legislação fiscal que corresponde a 55% da amostra, enquanto 45% da amostra admite utilizar critérios de base económica.

Gráfico 51 – Revalorização dos ativos fixos

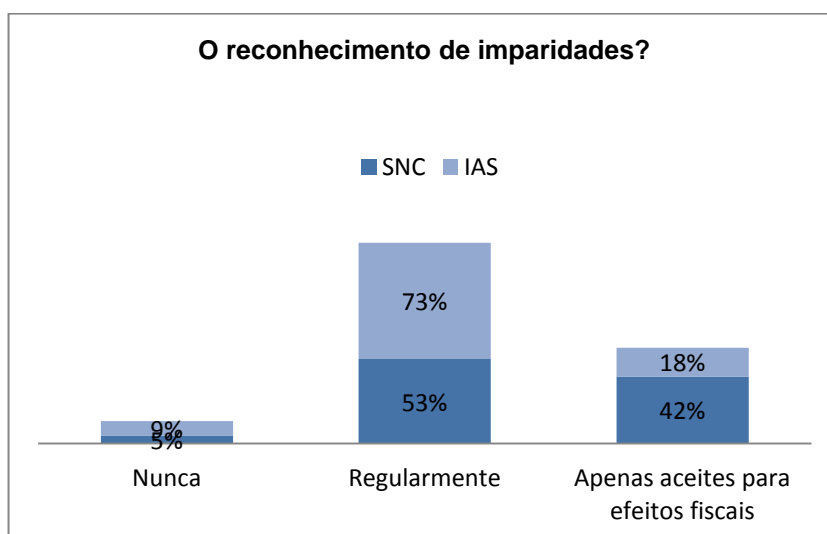


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 51, quanto aos utilizadores do SNC constata-se que as revalorizações dos ativos fixos são feitas com pouca frequência em 68% da amostra. Averigua-se ainda que 16% que pratica as revalorizações dos ativos fixos são feitas regularmente. Ainda 16% da amostra corresponde àquelas que nunca fazem a revalorização dos ativos fixos.

Relativamente aos utilizadores da IAS verifica-se que as revalorizações dos ativos fixos são feitas com pouca frequência em 36% da amostra. Apura-se ainda que 64% que pratica as revalorizações dos ativos fixos são feitas regularmente.

Gráfico 52 – Reconhecimento de imparidades

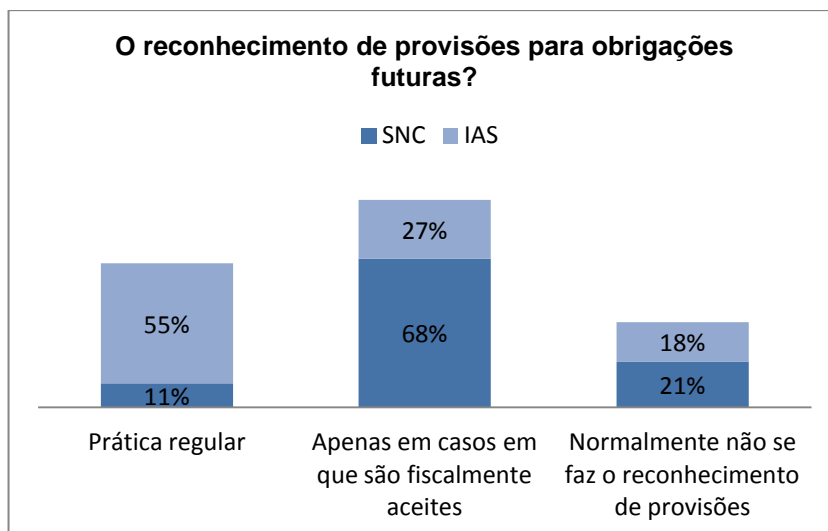


Fonte: Elaboração própria

Na leitura do gráfico 52, relativamente aos utilizadores do SNC constata-se que 53% da amostra faz o reconhecimento de imparidades com regularidade. Ainda 42% afirma que faz o reconhecimento de imparidades apenas em casos aceites para efeitos fiscais. Por fim, 5% da amostra nunca pratica o reconhecimento de imparidades.

Comparativamente aos utilizadores da IAS consta-se que 73% da amostra faz o reconhecimento de imparidades com regularidade. Ainda 18% afirma que faz o reconhecimento de imparidades apenas em casos aceites para efeitos fiscais. Por fim, 9% da amostra nunca pratica o reconhecimento de imparidades.

Gráfico 53 – Reconhecimento de provisões

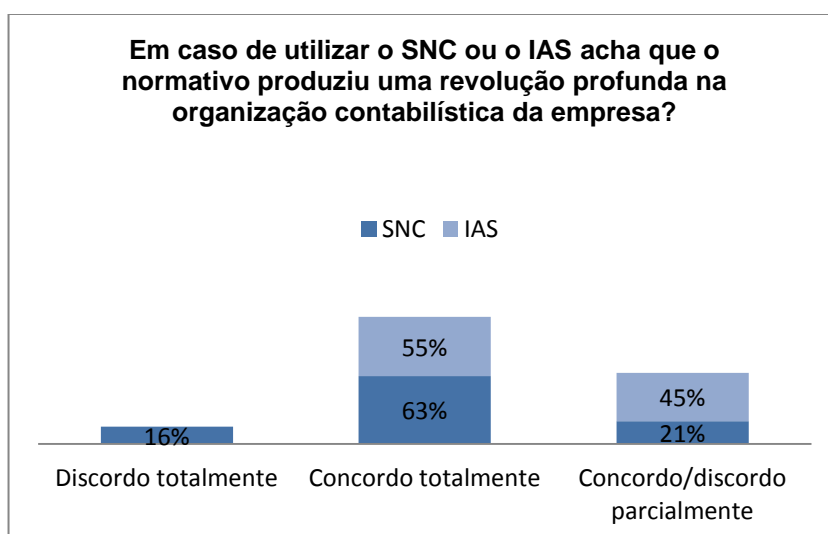


Fonte: Elaboração própria

Na leitura do gráfico 53, relativamente aos utilizadores do SNC pode verificar-se que o reconhecimento de provisões para obrigações futuras é feito maioritariamente apenas em casos em que são fiscalmente aceites, correspondendo a 68% da amostra. Ainda 21% da amostra, normalmente não faz o reconhecimento de provisões. Por fim, 11% da amostra faz o reconhecimento das mesmas com alguma regularidade.

Comparativamente aos utilizadores da IAS averigua-se que o reconhecimento de provisões para obrigações futuras é feito maioritariamente, como prática regular apresentando 55% da amostra. Ainda apenas em casos em que são fiscalmente aceites, correspondendo a 27% da amostra. E 18% da amostra, normalmente não faz o reconhecimento de provisões.

Gráfico 54 – Revolução produzida pelo normativo utilizado na organização contabilística das empresas

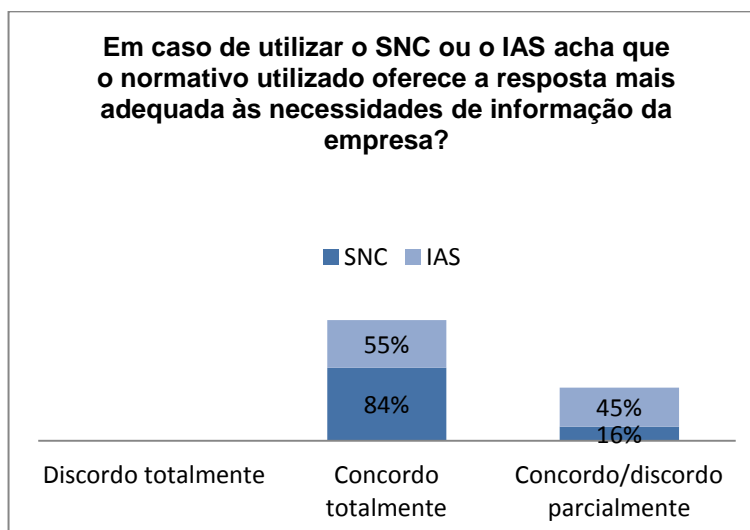


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 54, relativamente aos utilizadores do SNC pode averiguar-se que 63% da amostra concorda totalmente com a questão que aborda sobre a produção de uma revolução profunda na organização contabilística das empresas pela utilização do SNC. Ainda, 21% da amostra concorda parcialmente com a questão, isto é, apenas concorda em parte da questão. Por fim, 16% da amostra discorda totalmente.

Comparativamente aos utilizadores da IAS constata-se que 55% da amostra concorda totalmente com a questão que aborda sobre a produção de uma revolução profunda na organização contabilística das empresas pela utilização da IAS. E 45% da amostra concorda em parte com a questão.

Gráfico 55 – O normativo utilizado oferece uma resposta adequada às necessidades de informação das empresas

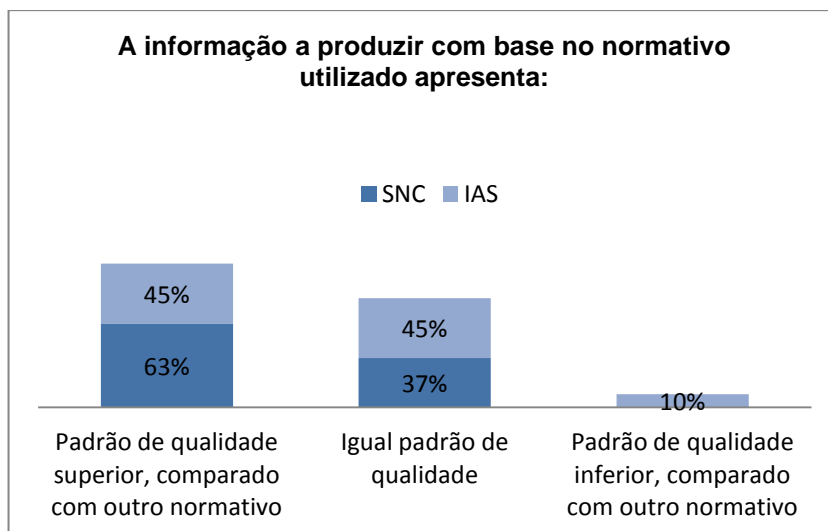


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 55, relativamente aos utilizadores do SNC percebe-se que 84% da amostra frisa que o normativo SNC oferece uma resposta mais adequada às necessidades das empresas. Ainda 16% da amostra admite que não concorda totalmente com a questão.

Relativamente aos utilizadores da IAS, compreende-se que 55% da amostra admite que o normativo IAS oferece uma resposta mais adequada às necessidades das empresas. Ainda 45% da amostra admite que não concorda totalmente com a questão.

Gráfico 56 – A informação produzida pelo normativo utilizado

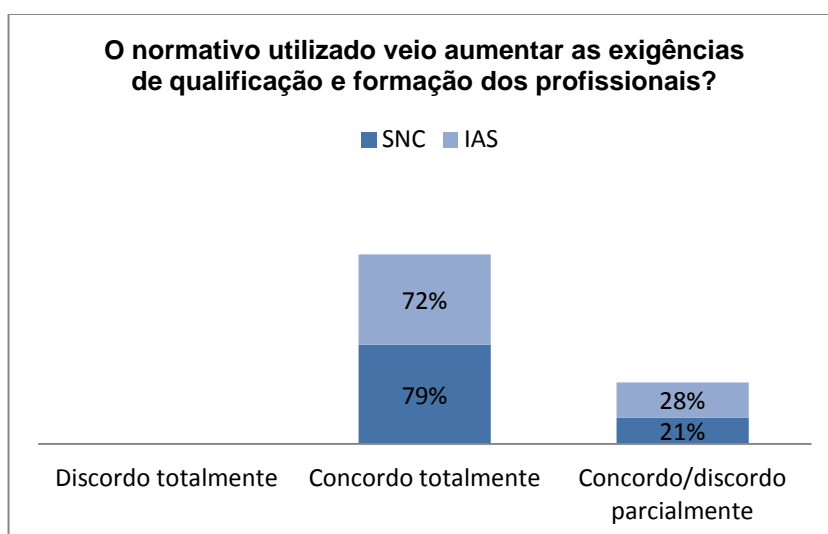


Fonte: Elaboração própria

Na leitura do gráfico 56, relativamente aos utilizadores do SNC, 63% da amostra menciona que o SNC produz informação adequada, considerando um padrão de qualidade superior, comparando com outro normativo. Ainda 37% admite que o SNC se iguala ao padrão de qualidade produzido.

Comparativamente aos utilizadores da IAS averigua-se que 45% da amostra menciona que o IAS produz informação adequada, considerando um padrão de qualidade superior, comparando com outro normativo. Ainda 45% admite que a IAS se iguala ao padrão de qualidade produzido. Por fim, 10% da amostra frisa que a IAS não produz informação adequada, tendo em conta o padrão de qualidade.

Gráfico 57 – O normativo utilizado aumentou as exigências de qualificação e formação dos profissionais



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 57, quanto aos utilizadores do SNC, 79% da amostra admite que o SNC veio aumentar o grau de exigência de qualificação e formação dos profissionais. Em contrapartida, 21% da amostra concorda parcialmente com a questão.

Comparativamente aos utilizadores da IAS averigua-se que 72% da amostra admite que a IAS 1 veio aumentar o grau de exigência de qualificação e formação dos profissionais. Por fim, 28% da amostra concorda parcialmente com a questão.

Em síntese, não existem diferenças significativas nas respostas dos inquiridos, isto é, as empresas que utilizam o SNC estão muito equiparadas às empresas que utilizam o normativo IAS/IFRS. As empresas que utilizam o SNC na sua maioria são médias empresas, em contrapartida as que utilizam o IAS são grandes empresas.

A grande maioria das empresas é composta por três ou mais elementos (administradores), sendo a Administração constituída integralmente por acionistas. As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas sempre pela gestão e responsável pela contabilidade. Ambos os utilizadores têm em consideração critérios fiscais e económicos em relação à contabilidade. Têm ainda em atenção os seus destinatários.

O principal destinatário da contabilidade é o Estado, uma vez que as empresas são legalmente obrigadas a pagar impostos a este órgão e a cumprir com outras obrigações legais e fiscais. Para ambos, ainda as suas contas são encerradas até dia 31 de março do ano seguinte. As empresas que se regem pelo normativo SNC têm como maiores financiadores a Banca, enquanto as que utilizam o IAS têm como maiores financiadores os seus acionistas.

Os gestores apoiam-se em práticas e rotinas instituídas pela empresa e na implementação de um sistema de informação, enquanto modelo de gestão. Encaram assim a informação financeira como uma obrigação legal e necessidade de gestão.

Os utilizadores do SNC e os utilizadores da IAS consideram-nos normativos adequados à empresa e admitem que produziram uma revolução profunda na organização contabilística.

Por fim, ambos os utilizadores admitem que os normativos vieram aumentar as exigências de qualificação e de formação dos profissionais.

V – Conclusões

Esta dissertação pretende objetivar os fatores externos e internos que condicionam a qualidade da informação financeira. O foco principal passa por testar algumas características da empresa e da sua envolvente, de modo a analisar os fatores que influenciam a qualidade da informação financeira nas sociedades anónimas em Portugal. Pois a informação financeira é considerada importante quer de suporte à gestão, quer para facilitar os utilizadores externos na sua tomada de decisão.

As Demonstrações financeiras permitem informar os interessados acerca da posição económica e financeira das entidades, sendo estas, objeto de preocupação constante para os gestores, na forma como as devem elaborar.

A harmonização contabilística surge com a necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico, separado da vertente fiscal, de modo a reduzir o risco da informação, através da transparência obtida a partir de políticas de divulgação mais detalhadas. Deste modo, facilitou ainda a organização interna e permitiu eliminar diferenças na elaboração das demonstrações financeiras entre os diversos países, potenciando desta forma a capacidade de negociação. Deste modo, surgem as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para existir harmonização contabilística entre as empresas e entre os países. Concluindo ainda, o SNC é uma aproximação às normativas IAS/IFRS adotadas pela União Europeia.

Quanto a uma abordagem genérica, neste estudo verificou-se a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, como é feita a divulgação da informação financeira, quem são os principais utilizadores desta informação financeira e qual a sua finalidade. Este estudo empírico incidiu sobre as sociedades anónimas a operar no mercado português. Neste sentido obtiveram-se 30 respostas ao questionário que foi submetido.

As respostas ao questionário permitiram constatar que a maioria das empresas inquiridas são grandes empresas, onde a sua Administração é composta por acionistas. Os administradores rondam os três ou mais elementos. As empresas mais pequenas tendem em ter uma gestão e propriedade mais fechada e mais centralizada no proprietário, enquanto as de maior dimensão (as mais hierarquizadas), são mais descentralizadas de baixo para cima (da base para o topo).

As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas sempre pela gestão e responsável pela contabilidade. A contabilidade é preparada através de uma abordagem mista entre critérios fiscais e económicos. As opções sobre as políticas contabilísticas nem sempre têm em atenção os seus destinatários.

O principal destinatário da contabilidade é o Estado, uma vez que as empresas ficam obrigadas a pagar os seus impostos.

Maioritariamente, as empresas encerram as suas contas a 31 de março do ano seguinte. Realizam ainda em média três ou mais auditorias internas, de modo a aprovar contas da empresa, porém, são consideradas na tomada de decisões estratégicas.

Os maiores financiadores são os acionistas que financiam as empresas com capitais próprios, de seguida a banca (capitais alheios). O processo de negociação assenta em conhecimento pessoal das empresas e em informação financeira. Apresentam ainda, informação financeira aos bancos, a pedido dos mesmos. A posição atual da empresa e o respetivo histórico é importante para os bancos, aquando o financiamento das empresas. Ainda, as decisões de investimento assentam em informação financeira.

Apoiam-se ainda em práticas e rotinas instituídas pela empresa e na implementação de um sistema de informação, enquanto modelo de gestão. Encaram assim a informação financeira como uma obrigação legal e também uma necessidade de gestão.

Num caso de dispensa da existência de contabilidade organizada, não admitem a possibilidade de prescindir da mesma. Encaram um sistema de contabilidade organizada como uma vantagem para a empresa, sendo o custo superado pelas vantagens obtidas. Um bom Contabilista Certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir a lei e as obrigações fiscais, e ainda obter vantagens fiscais.

O cálculo da depreciação dos ativos fixos tem por base a legislação fiscal. Ainda, a revalorização dos ativos fixos são feitos com pouca frequência. O reconhecimento de imparidades é feito com alguma regularidade, enquanto, o reconhecimento de provisões para obrigações futuras é feito maioritariamente em casos onde são aceites fiscalmente.

As empresas da amostra consideram que os normativos em estudo (SNC e IAS/IFRS) são adequados e admitem ainda que produziram uma revolução profunda na organização contabilística. Ainda, consideram que oferece uma resposta bastante adequada às necessidades de informação das empresas, apresentando um padrão de qualidade superior, comparando com outras normativas. Vieram ainda aumentar o grau de exigências de qualificação e de formação dos profissionais.

Conclui-se que existem vários fatores internos e externos que condicionam a qualidade da Informação Financeira.

Os acionistas das empresas em estudo compõem a Administração. Deste modo, conseguem controlar melhor a situação económico-financeira da empresa, pois existe concentração da propriedade e da gestão (centralização).

Essencialmente, os destinatários da informação financeira são o Estado e a Banca, uma vez que as empresas têm um forte compromisso com o Estado, relativamente ao cumprimento de obrigações legais e fiscais. Quanto à banca, as empresas têm que apresentar fortes garantias, de modo, a que estas entidades sintam confiança pelas mesmas e lhes financiem capital.

Existe uma sobreposição das regras fiscais às regras contabilísticas, uma vez que a contabilidade e a fiscalidade sempre tiveram alguns problemas de conformidade pelo simples facto de se tratar de áreas distintas e, por isso, com objetivos diferenciados.

Ao longo do trabalho concluiu-se que a contabilidade prepara e divulga a informação relevante para o processo de tomada de decisão, enquanto a fiscalidade procura arrecadar impostos com o objetivo de assegurar o normal funcionamento do Estado.

Relativamente à comparação das normativas IAS/IFRS e SNC concluíram-se que, maioritariamente as empresas são compostas por três ou mais elementos (administradores), onde a Administração é constituída na íntegra por acionistas. As empresas que utilizam o SNC na sua maioria são médias empresas, em contrapartida, as que utilizam o IAS são grandes empresas.

As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas sempre pela gestão e responsável pela contabilidade. Em ambos os normativos, a contabilidade é preparada através de critérios fiscais e económicos.

As opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os seus destinatários, uma vez que existem vários tipos de destinatários, e cada um deles necessita de um tipo de informação diferente do outro. É necessário ajustar o tipo de informação e deve ser filtrada de forma adequada, de modo a que satisfaça todo o tipo de necessidade dos seus destinatários.

O principal destinatário da contabilidade é o Estado, uma vez que as empresas são legalmente obrigadas a pagar impostos a este órgão e fornecer toda a informação financeira, de modo a cumprir a lei e as suas obrigações fiscais. Para ambos ainda, as suas contas são encerradas até dia 31 de março do ano seguinte.

Os utilizadores do SNC, na sua grande maioria, efetuam dois, três ou mais auditorias, enquanto os utilizadores da IAS, efetuam três ou mais auditorias. As auditorias têm como grande finalidade a aprovação de contas. A sua realização influencia na tomada de decisões estratégicas, isto é, os utilizadores do SNC têm-nas como uma prática regular, enquanto os utilizadores da IAS, consideram-nas como uma prática frequente, sendo um impulsionador na tomada de decisões estratégicas.

As empresas que se regem pelo normativo SNC têm como maiores financiadores a Banca, enquanto as que utilizam o IAS têm como maiores financiadores os seus acionistas. O processo

de negociação assenta em conhecimento pessoal das empresas e em informação financeira. Apresentam ainda, informação financeira aos bancos, a pedido dos mesmos.

Os utilizadores do normativo SNC, admitem que as decisões de investimento assentam em informação financeira e na intuição do empresário e/ou gestor, enquanto os utilizadores da IAS admitem apenas a informação financeira. Apoiam-se ainda em práticas e rotinas instituídas pela empresa e na implementação de um sistema de informação, enquanto modelo de gestão. Encaram assim a informação financeira como uma obrigação legal e necessidade de gestão.

Ambos os utilizadores dos normativos SNC e IAS, num caso de dispensa de existir contabilidade organizada, não admitem a possibilidade de prescindir da mesma. Encaram um sistema de contabilidade organizada como uma vantagem para a empresa, sendo o custo superado pelas vantagens obtidas. Ainda admitem que um bom Contabilista Certificado serve para preparar informação financeira, de modo a cumprir a lei e as obrigações fiscais.

O cálculo da depreciação dos ativos fixos tem por base a legislação fiscal para ambos os utilizadores. Para os utilizadores do SNC, a revalorização dos ativos fixos são efetuados com pouca frequência, enquanto para os utilizadores da IAS, é feita regularmente. O reconhecimento de imparidades é feito com regularidade para ambos os utilizadores dos normativos. O reconhecimento de provisões para obrigações futuras é feito em casos onde são aceites fiscalmente, para os utilizadores do SNC, enquanto os utilizadores da IAS fazem-no com regularidade.

Tanto os utilizadores do SNC como os utilizadores da IAS consideram-nos adequados à empresa e admitem que produziram uma revolução profunda na organização contabilística. Ainda, consideram que oferece uma resposta bastante adequada às necessidades de informação das empresas.

Para os utilizadores do SNC, a informação produzida com base neste normativo apresenta um padrão de qualidade superior, comparando a outro normativo. Enquanto para os utilizadores da IAS, o padrão de qualidade é considerado igual e/ou superior, comparando com outro normativo.

Para finalizar, ambos os utilizadores admitem que os normativos vieram aumentar as exigências de qualificação e de formação dos profissionais.

Este estudo apresenta algumas limitações que passam pela dimensão da amostra, pela concentração geográfica das entidades em estudo, pelo reduzido número de respostas ao inquérito e à pouca investigação disponível sobre a realidade portuguesa sobre o tema apresentado.

No entanto, este estudo empírico apenas procurou compreender um fenómeno de um determinado contexto real, e não com o propósito de generalizar resultados sobre a população, incidindo-se somente em trinta unidades de amostra de toda a população existente.

Existe um reduzido número de estudos semelhantes a este. Deveriam ser desenvolvidas mais investigações acerca dos fatores internos e externos que condicionam a informação financeira, nomeadamente a sua qualidade. Também, mais ensaios acerca da envolvente empresarial e suas características. A envolvente organizacional é muito importante para o sucesso das empresas, pois estas têm que tomar decisões e definir objetivos tendo em conta a sua envolvente, pois, apesar de não estar diretamente ligada, influencia no seu desempenho, uma vez que, nem sempre é fácil fazer uma previsão do macro ambiente (envolvente externa).

Referências Bibliográficas

Abdel-Kader, M., & Luther, R., 2008, **The impact of firm characteristics on management accounting: A UK-based empirical analysis**, The British Accounting Review, 40ª edição, pp. 2-27;

Almeida, A., 2010, **Profissionalização em empresas familiares: os desafios da implementação de mecanismos de governança corporativa numa empresa do setor de transportes**, Universidade Fumec/Face, Belo Horizonte;

Alves, M., 2002, **Decisores e Informação Contabilística: sua influência nas decisões empresariais**, Tese de Doutoramento em Gestão, Universidade da Beira Interior, Covilhã;

Alves, M., 2013, **Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: A percepção de gestores de PMES de Luanda e de Lisboa**, Revista de Contabilidade e Controladoria, Vol.5, nº2, pp.107-133, Curitiba;

Alves, M., & Ussman, A., 2006, **O valor da informação contabilística na ótica do produtor e do utilizador da informação – estudo empírico**, Revista Contabilidade e Gestão, nº2, pp.123-142, CTOC,

Ang, J., 1991, **Small Business Uniqueness and the Theory of Financial Management**, the Journal of Small Business Finance, Vol.1, n.1, p.1-13;

Baines, A., & Langfield-Smith, K., 2003, **Antecedents to management accounting change: a structural equation approach**, Accounting, Organizations and Society, 28ª edição, pp.675-698;

Baralexis, S., 2004, **Creative accounting in small advancing countries – The Greek case**, Managerial Auditing Journal, Vol.19, nº 3, pp. 440-461;

Barros, M., 2005, **O novo velho enfoque da informação contábil**, Revista de Contabilidade e Finanças, Vol. 16, nº 38, pp: 102-112;

Barth, M., & Schipper, K., 2008, **Financial Reporting Transparency**, Journal of Accounting, Auditing & Finance, pp. 173-190;

Baston, S., & Matthew, C., 1989, **Small firm financing: Implications from a strategic management perspective**, Journal of Small Business Management Vol. 18, n.1, p.1-7;

Beck, T., & Demircuc-Kunt, A., 2006, **Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint**, Journal of Banking & Finance, Vol. 30, issue 11, pp.2931-2943;

Bezerra, D., 2012, **Um estudo sobre a perceção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife;

Biddle, G., Gilles, H., 2006, **Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment**, The Accounting Review 81, n.5, p. 963-982;

Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R., 2010, **Elementos de Contabilidade Geral**, 25ª edição, Áreas Editora, Lisboa;

Borges, A., Ferreira, P., Rodrigues, J., Martins, M., Magro, N., Gamelas, E., 2011, **SNC – Casos práticos – Contabilidade Financeira**, 2ª edição, Áreas Editora, Lisboa;

Branco, M., 2005, **A definição de ativos nas estruturas concetuais da informação financeira**, Revista de Contabilidade e Finanças, nº39, pp.93-102, USP, São Paulo;

Branco, M., Rodrigues, L., (2000), **Estruturas concetuais da informação financeira: uma análise comparativa**, Jornal do Técnico de Contas e da Empresa, n.º 418, pp.198-207, Publistudos, Lisboa;

Burns, T., & Stalker, G., 1961, **The management of Innovation**, Tavistock, London;

Caiado, A., 2008, **Contabilidade Analítica e de Gestão**, 4ª edição, Áreas Editora, Lisboa;

Cheng, Q., & Warfield, T., 2005, **Equity incentives and earnings management**, The Accounting Review, n.80, p.441-476;

Chenhall, R., 2003, **Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and direction for the future**, Accounting, Organizations and Society, 28ª edição, p. 127-168;

Chenhall, R., & Langfield-Smith, K., 1998, **Adoption and benefits of management accounting practices: an Australian study**, Management Accounting Research, 9ª edição, pp.1-19;

Chiavenato, I., 2004, **Introdução à Teoria Geral da Administração**, Editora Elsevier, São Paulo;

Chong, V., 1996, **Management accounting systems, task uncertainty an managerial performance: a research note**, 21ª edição, Accounting, Organizations and Society, pp.415-421;

Costa, C., & Alves, G., 2014, **Contabilidade Financeira**, 9ª edição, Rei dos livros, Lisboa;

Cravo, D., 1991, **Considerações em torno do paradigma da utilidade**, Atas das IV Jornadas de Contabilidade, ISCAA, Aveiro;

Cronin, B., 1990, **Esquemas conceituais e estratégias para a gerência da informação**, Revista da Escola Biblioteconomia da UFMG, Vol. 19, nº2, pp. 195-220;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, **Aprovação do Sistema de Normalização Contabilística**, Diário da República n.º 133/2009, Série I, de 13/07, Páginas 4375 a 4384;

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, Diário da República, Série I, N.º 106, Páginas 3470 a 3493;

Estrutura Concetual do SNC, 2009, Diário da República, 2.ª série – N.º 173 – 7 de setembro;

Duncan, R., 1972, **Characteristics of organizational environments and perceived environmental uncertainty**. Administrative Science Quarterly, 17ª edição, pp. 313-327;

Easley, D., & O'Hara, M., 2004, Information and The Cost of Capital, Journal of Finance, n.4, vol.59, p. 1553-1583;

Economias, 2016, **Sociedade Anónima**. Disponível em: <<http://www.economias.pt/sociedade-anonima/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017;

Eierle, B., & Haller, A., 2009, **Does Size Influence the Suitability of the IFRS for Small and Medium-Sized Entities? Empirical Evidence from Germany**, Journal Accounting in Europe, Vol. 6, pp. 195-230;

Eugénio, T., 2010, Avanços na divulgação da informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade, Revista Universo Contábil, v.6, nº1, pp.102-118, FURB;

Ferreira, A., 2008, **A divulgação de informação sobre capital intelectual em Portugal**, Universidade do Porto, Porto;

Fisher, C., 1996, **The impact of perceived environmental uncertainty and individual differences on management information requirements: a research note**, Accounting, Organizations and Society, 21ª edição, pp.361-369;

Freitas, G., 2009, **SNC – Estrutura Concetual**, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa;

Hand, J., William, P., Robert, B., 1982, **Agency Relationships in the Close Corporation**, Financial Management, Vol.11, p. 25-30;

Hendrick, H., 1987, **Organizational Design**, Handbook of human factors, John Wiley and Sons, New York, pp. 470-494;

Hendriksen, E., & Brenda, M., 1999, **Teoria da contabilidade**, Atlas, São Paulo;

Holmes, S., & Nicholls, D., 1988, **An analysis of the use accounting information by Australian small business**, Journal of small business management, Vol.26, pp. 57-68;

Ignácio, J. & Jarne, J., 1997, **Clasificación y Evolución de los Sistemas Contables**, Asociacion Española de Contabilidad y Administracion de Empresas (AECA), Monografias, Madrid;

Indícibus, S., Marion, J., Faria, A., 2008, **Introdução à teoria da contabilidade**, 5ª edição, Atlas, São Paulo;

Jagi, L., 1975, **The impact of the cultural environment on financial disclosures**, International of accounting, pp.75-84;

Johnson T., & Kaplan S., 1987, **The rise and fall of management accounting**, Management Accounting, Vol. 68, N°7, pp. 22-30;

Jonas, J., Blanchet, J., 2000, **Assessing Quality of Financial Reporting**, Accounting Horizons, Vol.14, nº 3, pp.353-363;

Katz, D., & Khan, R., 1978, **The Social Psychology of Organizations**, 2º edition, John Wiley and Sons, New York;

Lal, M., & Hassel, L., 1998, **The impact of environmental uncertainty and tolerance of ambiguity on top managers perceptions usefulness of non-conventional management accounting information**, Scandinavian Journal of Management, 14ª edição, pp.259-271;

Lawler, L., & Mohnman, S., 1987, **Unions and the New Management**, Reprinted in Newstrom, J. W. & Davis, K., Organizational Behavior, 8º edition, Mc Graw-hill, Singapore, pp. 478-491;

Lima, L., 2012, **A Estrutura Concetual da Contabilidade em Portugal**, Tese de Mestrado, Escola Superior de Tecnologia, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria;

Lisboa, J., & Augusto, M., 2003, **Dimensão e Rendibilidade: O Caso das Empresas da Indústria Transformadora Portuguesa**, Portuguese Journal of Management Studies, p.131-143;

Lopes, I., 2013, **Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, sua Divulgação e Análise**, Escolar Editora, Lisboa;

Lopes, S., & Saraiva, M., 2009, **Qualidade e Certificação: Aplicação Empírica numa Organização Certificada pela Norma ISO 9001:2008**, TQM – Qualidade, p.193-219;

Martins, A., 2016, **Certificação de qualidade versus qualidade de informação financeira: Estudo para empresas portuguesas**, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico de Bragança;

Martins, O., 2007, **O Endividamento Bancário e a Qualidade da Informação Financeira**, Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto;

Merchant, A., 1981, **The Design of the corporate budgeting system: Influences on Managerial Behavior and Performance**, The Accounting Review, nº 56;

Miller, P., 1990, **The Conceptual Framework as Reformation and Counterreformation**, pp.23-32, Accounting Horizons;

Mintzberg, H., 1975, **The Nature of Managerial Work**, Harper and Row, New York;

Morais, L., 2014, **Guia de Empresas Certificadas**, 9.ª edição, Cempalavras – Comunicação Empresarial, Lda., Lisboa;

Mueller, G., 1967, **International Accounting**, Part I, MacMillan;

Mueller, G., Gernon, H., Meek, K., 1999, **Contabilidad – una perspectiva internacional**, 4ª Edição, McGraw Hill;

Nadler, D., & Tushman, M., 1984, **A Congruence Model for Diagnosing Organizational Behavior**, Organization Psychology, Prentice-Hall, Englewood Cliffs;

Newkirk, H., & Lederer, A., 2006, **The effectiveness of strategic information systems planning under environment uncertainty**, Information & Management, 43, pp. 481-501;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7, Diário da República, 2.ª série, N.º 173, 7 de Setembro de 2009, Lisboa;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12, Diário da República, 2.ª série, N.º 173, 7 de Setembro de 2009, Lisboa;

Norma contabilística e de relato financeiro 21, Diário da República, 2.ª série, N.º 173, 7 de Setembro de 2009, Lisboa;

Nunes, L., 2013, **A contabilidade financeira como sistema de informação**, Relatório de Estágio para Grau de Mestre em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra;

Nunes, L., Serrasqueiro, Z., 2004, **A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas**, Revista Contabilidade & Finanças, nº36, pp.87-96, USP, São Paulo,

Oliveira, C., 1989, **Derecho de Contabilidad: Finalidad y Fidelidad de las Cuentas Anuales**, Revista Española de Financiación y Contabilidad, Vol. XVIII, nº 61, pp. 903.913;

Ordem dos Contabilistas Certificados, 2016. **Revista de Contabilidade**. Disponível em: <<https://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes/revista-contabilista-toc/>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2016;

Passos, Q., 2010, **A importância da Contabilidade no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas**;

Pires, A. & Rodrigues, F., 2014, **Análise Crítica Reflexiva sobre a Influência das Características da Envolvente na Hierarquia dos Utilizadores da Informação Financeira: Uma abordagem ao Caso Português a partir da Teoria da Contingência**, RIGC- Vol. XII, pp. 1-19, Enero-Junio, Instituto Politécnico de Bragança;

Pires, M., 2010, **Os efeitos e implicações da atual reforma contabilística (SNC) no quadro das relações de coexistência entre a contabilidade e a fiscalidade**, XIV Encuentro AECA, Coimbra;

Pires, M., Rodrigues, A., 2011, **As características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e definem um utilizador padrão para a informação financeira: Evidência empírica**, XXI Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica, Espanha;

Pires, R., 2010, **Incerteza da envolvente organizacional, necessidades de informação contabilística e práticas de contabilidade de gestão: o caso da indústria transformadora a operar em Portugal**, Dissertação de mestrado em contabilidade, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho;

Pordata, 2018, **Base de Dados Portugal Contemporâneo**. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%C3%A9dias+empresas+em+percentagem+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%C3%A3o-2859>>. Acesso em: 15 de março de 2018;

Porton, B. & Longaray, A., 2006, **A relevância do uso das informações contábeis nos processos decisórios**, Revista Angrad, v.7, n.4, p. 89-110;

Racius, 2018, **Estatísticas sobre o Mundo Empresarial**. Disponível em: <<https://www.racius.com/observatorio/2017/>>. Acesso em: 15 de março de 2018;

Reimann, B., 1974, **Task Environment and Decentralization: a cross-national Replication**, Human Relations, Vol.27, nº7, pp. 677-695;

Ritvo, R., Salipante, P., Notz, W., 1979, **Environmental Scanning and Problem Recognition by Governing Boards: the response of hospitals to declining birth rates**, Human Relations, vol. 32, nº3, pp. 227-235;

Rosa, S., 2013, **A Importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível**, Tese de Doutoramento em Economia, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa;

Sabherwal, R., & King, W., 1992, **Decision process for developing strategic application of information systems: a contingency approach**, *Decision Sciences*, 23, pp. 917-943;

Santos, J., 2016, **Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações**, Instituto Politécnico de Braga, Braga;

Santos, S., 2013, **A divulgação de informação financeira no relato intercalar: uma análise às entidades cotadas no PSI 20**, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa;

Seabra, F., 2010, **Ensino Básico: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação**, Universidade do Minho, Braga;

Silva, P., & Alves, P., 2001, **As novas tecnologias como veículo de transmissão da informação financeira**, *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol.16, nº 27, pp. 24-32, USP, São Paulo;

Simon, A., Guetzkow, H., Kozmetsky, G., & Tyndall, G., 1954, **Centralization Vs. Decentralization in Organizing the Controllers Department**, A Research Study and Report prepared for Controllership Foundation, New York;

Teixeira, M., 2009, **O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz**, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta, Coimbra;

Teixeira, P., 2013, **A Qualidade da Informação Financeira e o Impacto na Estratégia da Empresa – Um caso Português**, Dissertação de Mestrado, ISCAL, Lisboa;

Vieira, S., & Novo, J., 2010, **A estrutura de capital das PME: evidência no mercado português**, *Estudos do ISCA*, Série IV, nº2;

Wahrisch, M., 2001, **The Evolution of International Accounting Systems**, Peter Lang, Frankfurt;

Wang, J., & Ahammad, F., 2012, **Private information acquisition and stock evolution by Chinese financial analysts**, *International Journal of Management*, v.29, n.1, p.117-132.

Apêndices

Apêndice 1 - Limites para as categorias das entidades

Categorias das entidades (desde que não ultrapassem dois dos três limites)		Até dezembro de 2015	A partir de 1 janeiro de 2016
Micro empresas	Total do balanço	500.000€	350.000€
	Volume de negócios líquido	500.000€	700.000€
	Nº médio trabalhadores	5	10
Pequenas empresas	Total do balanço	1.500.000€	4.000.000€
	Total de vendas líquidas e outros rendimentos	3.000.000€	
	Volume de negócios líquido		8.000.000€
	Nº médio trabalhadores	50	50
Médias empresas	Total do balanço		20.000.000€
	Volume de negócios líquido		40.000.000€
	Nº médio trabalhadores		250
Grandes empresas	Total do balanço		Ultrapassem dois dos três limites das médias empresas
	Volume de negócios líquido		
	Nº médio trabalhadores		

Tabela 5 - Limites para as categorias de entidades

Fonte: Elaboração própria com base no artigo 9º do Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de junho

Apêndice 2 – Inquérito por questionário

10/03/2018

O Impacto da Envolvente na Qualidade da Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

O Impacto da Envolvente na Qualidade da Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

No âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças, da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal, foi-me proposto elaborar uma dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Contabilidade e Finanças. Este inquérito pretende objetivar os fatores externos e internos que condicionam a qualidade da informação financeira. Isto é, o foco principal passa por testar as características da empresa e da sua envolvente, de modo a analisar os fatores que influenciam na qualidade da informação financeira nas sociedades anónimas em Portugal.

Este documento deve ser preenchido pelo administrador e/ou responsável pela área financeira da empresa em estudo.

Caso necessite de algum esclarecimento adicional utilize o seguinte e-mail:

vanessa_almolda26@hotmail.com.

As respostas devem ser submetidas automaticamente.

Os dados recolhidos neste estudo são confidenciais, sendo utilizados exclusivamente para o desenvolvimento de um estudo de investigação. O questionário é totalmente confidencial, prezando pelo sigilo total dos dados da entidade, não sendo revelada sequer a identificação da empresa ou do responsável respondente.

O tempo de referência para a resposta ao questionário ronda os 10-15 minutos.

Muito obrigada pela sua disponibilidade ao ter contribuído para a concretização deste trabalho.

***Obrigatório**

1. Q1 - Qual o ano da constituição? *

2. Q2 - Qual o setor de atividade? *

3. Q3- Qual o capital social da entidade? *

4. Q4 - Qual o nº de trabalhadores da empresa? *

Marcas apenas uma oval.

- menos de 10 trabalhadores (microempresa)
 10 a 49 trabalhadores (pequena empresa)
 50 a 249 trabalhadores (médias empresas)
 250 ou mais trabalhadores (grandes empresas)

10/03/2018

O Impacto de Envolvimento na Qualidade de Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

5. Q5 - N° de administradores? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 elemento
 2 elementos
 3 ou mais elementos

6. Q6 - Quem exerce a Administração? *

Marcar apenas uma oval.

- O(s) acionista(s)
 Outro(s) órgão(s). Qual(ais)?

7. Q7 - As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Pelo órgão de gestão e responsável pela contabilidade
 Outro órgão em função da necessidade momentânea

8. Q8 - A contabilidade é preparada através de: *

Marcar apenas uma oval.

- Critérios económicos
 Critérios fiscais
 Ambos

9. Q9 - As opções sobre as políticas contabilísticas têm em atenção os destinatários da informação? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Concordo totalmente
 Concordo/discordo parcialmente

10. Q10 - Principais destinatários da contabilidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Administração fiscal
 Banca
 Estado
 Outro(s). Qual(ais)?

10/03/2018

O Impacto da Envolvimento na Qualidade da Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

11. Q11- Quando é que se encontram encerradas as contas da sua empresa? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 31 de março
- Até 31 de maio
- Outra data

12. Q12- Quantas auditorias se realizam por ano? *

Marcar apenas uma oval.

- Uma
- Duas
- Três ou mais
- Nunca

13. Q13 - Os principais motivos para a realização de auditorias? *

Marcar apenas uma oval.

- Aprovação de contas
- Discussão de decisões estratégicas para a empresa

14. Q14 - A realização de auditorias influencia na tomada de decisões estratégicas? *

Marcar apenas uma oval.

- Prática rara
- Prática regular
- Prática frequente

15. Q15 - Quais os principais financiadores? *

Marcar apenas uma oval.

- Acionistas (capital próprio)
- Banca
- Entidades de financiamento

16. Q16 - O processo de negociação de financiamento assenta: *

Marcar apenas uma oval.

- Em conhecimento pessoal da empresa
- Em informação financeira
- Em ambas

16/03/2018

O Impacto da Envolvência na Qualidade da Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

17. Q17 - Com que frequência é costume apresentar informação aos bancos? *

Marcar apenas uma oval.

- A pedido dos bancos
- Voluntariamente com pouca frequência
- Voluntariamente com alguma frequência

18. Q18 - As decisões de investimento assentam em que aspetos? *

Marcar apenas uma oval.

- Informação financeira
- Intuição do empresário/gestor
- Ambas

19. Q19 - Modelo de gestão da empresa apola-se: *

Marcar apenas uma oval.

- Na implementação de um sistema de informação
- Em práticas e rotinas instituídas
- Em ambas

20. Q20 - Encara a preparação da informação financeira como: *

Marcar apenas uma oval.

- Uma obrigação legal
- Necessidade de gestão
- Ambas

21. Q21 - Num cenário de dispensa de obrigatoriedade de ter contabilidade organizada admite essa possibilidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, admito
- Não, não admito

22. Q22 - As vantagens que reconhece a um sistema de contabilidade organizada? *

Marcar apenas uma oval.

- O custo é superado pelas vantagens
- O custo não é superado pelas vantagens
- Igualam

16/03/2018

O Impacto da Envolvente na Qualidade de Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

23. Q23 - Um bom Contabilista Certificado é? *

Marcar apenas uma oval.

- Preparar informação financeira de modo a cumprir a lei e as obrigações fiscais
- Poder obter mais vantagens fiscais
- Ambas

24. Q24 - Qual o normativo utilizado pela empresa? *

Marcar apenas uma oval.

- IAS / IFRS (International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards)
- SNC (Sistema de Normalização Contabilístico)

25. Q25 - O cálculo da depreciação dos ativos fixos tem por base: *

Marcar apenas uma oval.

- A legislação fiscal
- Critérios de base económica

26. Q26 - As revalorizações dos ativos fixos são feitas? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Pouca frequência
- Regularmente

27. Q27 - Reconhecimento de Imparidades? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Regularmente
- Apenas aceites para efeitos fiscais

28. Q28 - O reconhecimento de provisões para obrigações futuras? *

Marcar apenas uma oval.

- Prática regular
- Apenas em casos em que são fiscalmente aceites
- Normalmente não se faz o reconhecimento de provisões

29. Q29 - Em caso de utilizar o IAS/IFRS ou o SNC acha que o normativo que utiliza produziu uma revolução profunda na organização contabilística das empresas? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Concordo totalmente
- Concordo/discordo parcialmente

10/09/2018

O Impacto da Envolvente na Qualidade da Informação Financeira em Sociedades Anónimas em Portugal

30. Q30- Em caso de utilizar o IAS/IFRS ou o SNC acha que o normativo que utiliza oferece uma resposta mais adequada às necessidades de informação das empresas? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Concordo totalmente
- Concordo/discordo parcialmente

31. Q31 - A informação a produzir com base no IAS/IFRS ou no SNC (dependendo do normativo que utilizam) apresenta: *

Marcar apenas uma oval.

- Padrão de qualidade superior, comparando com outro normativo
- Igual padrão de qualidade
- Padrão de qualidade inferior, comparando com outro normativo

32. Q32 - O IAS/IFRS ou o SNC veio aumentar as exigências de qualificação e formação dos profissionais? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Concordo totalmente
- Concordo/discordo parcialmente

Apêndice 3 - Carta de Acompanhamento do Questionário

Caro(a) Senhor(a),

Inserido no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, na Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal.

Esta dissertação está intitulada como: “O Impacto da Envolvente na Qualidade da Informação Financeira nas Sociedades Anónimas em Portugal”.

Para que este trabalho tenha validação científica e credibilidade na sua investigação, será aplicado um questionário remetido em anexo, que pode ser preenchido pelo administrador e/ou responsável pela área financeira da empresa.

O sucesso deste trabalho depende do número de respostas obtidas, ficando muito grata pela sua atenção.

Todas as informações prestadas neste questionário são estritamente confidenciais, não sendo sequer divulgada a identificação da empresa. O uso destes dados é exclusivo no âmbito desta investigação científica.

Caso necessite de algum esclarecimento adicional envie *e-mail* para:

vanessa_almeida26@hotmail.com

Estima-se ainda que o tempo de preenchimento do questionário ronda os 10-15 minutos.

Depois de preenchido deve ser remetido para o *e-mail* mencionado anteriormente.

Muito obrigada pela disponibilidade e contribuição para o desenvolvimento deste projeto.

Os melhores cumprimentos,

Vanessa Oliveira

Fonte: Elaboração própria